

J. FREITAS



Presidentes da Câmara e do Senado reúnem líderes nesta terça-feira para decidir o funcionamento do Legislativo

## O Congresso diante do recesso ou da convocação

**S**em convocação extraordinária, Senado e Câmara encerram suas atividades nesta quinta-feira para retomar os trabalhos regulares em 15 de fevereiro do próximo ano.

É o que manda a Constituição. Mas o governo tem interesse na aprovação da lei orçamentária e a oposição deseja manter as CPIs em funcionamento. Decisão sai de reunião nesta terça-feira.

Aldo (E) e Renan buscam entendimento sobre as atividades do Legislativo: CPIs e Orçamento estão no foco da reunião

PÁGINAS 3 E 7

### Convocação de Palocci vira batalha na CPI dos Bingos

PÁGINA 4

### Desenvolvimento regional volta à pauta com a Sudene

PÁGINA 9

### cidadania

Como sair do vermelho no próximo ano

PÁGINA 16

### e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

## DESIGUALDADE

### Crescimento, a arma contra a pobreza

Reduzir à metade o número de pessoas que vivem com apenas um dólar por dia é o desafio mundial. E o Brasil, o que pode fazer

para combater a pobreza extrema? Crescer e distribuir foram verbos conjugados em audiência que debateu os rumos do país.

PÁGINA 8

TUCA VIEIRA/FOLHA IMAGEM



O paradoxo brasileiro: uma das maiores economias do mundo tem, também, exemplos gritantes de desigualdade



# Quatro emendas à Constituição na pauta

Além do projeto de lei complementar (PLC 59/04) que recria a Sudene (veja matéria na pág. 9), o Plenário do Senado poderá apreciar quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) nesta semana, última do ano com atividade legislativa ordinária. É possível que o Congresso Nacional seja convocado em caráter extraordinário.

Estão na pauta para votação em segundo turno as PECs 31/00, 29/02, 9/03 e 64/99. As proposições tratam, respectivamente, da concessão de licença-maternidade e paternidade em casos de adoção; da extensão da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) até 2016; da ampliação das áreas urbanas passíveis de transferência por usucapião; e da presença obrigatória do presidente da República na abertura da sessão legislativa.

## Plano de cargos e salários pode ir a voto

Na quarta-feira, às 10h, haverá sessão especial no Senado em homenagem ao Dia do Marinheiro. A partir das 14h, o Plenário poderá apreciar dois projetos de lei da Câmara. São eles o PLC 130/05, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural (Geac), além de

criar cargos de provimento efetivo; e o PLC 131/05, que concede auxílio especial a dependentes de servidores do Ministério do Trabalho assassinados durante ação fiscal.

Na quinta-feira, pode ir a voto projeto de lei da Câmara (PLC 24/05) que denomina de BR-379 a rodovia que interliga Teixeira de Freitas (BA) e Teófilo Otoni (MG).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão do Congresso Nacional para quarta-feira para votar vetos presidenciais e créditos orçamentários que beneficiam vários ministérios. Hoje, estão em tramitação 215 vetos, sendo 26 deste ano.

## Mesa pode decidir futuro de Capiberibe

Vence nesta terça-feira o pedido de vista feito pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para analisar o parecer do 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (PFL-PB), acerca do processo que pode levar à perda do mandato do senador João Capiberibe (PSB-AP).

Passado esse prazo, a Mesa pode votar o parecer que, na prática, determina o fim do mandato de Capiberibe, que teve sua candidatura anulada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Capiberibe já deu entrada em novo mandato de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal

(STF), com pedido de liminar, que deve ser julgado pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Na ação, o senador argumenta que, com exceção de um documento por escrito, não foi dada a ele a chance de "ampla defesa" determinada pelo ministro.

Segundo os advogados de Capiberibe, que está em licença médica para realização de uma angioplastia, o processo tampouco pode ser finalizado na ausência do senador. Marco Aurélio solicitou informações à Casa para proferir sua decisão.

## CPI dos Correios ouve vice-presidente do Rural

A CPI dos Correios mantém o foco das investigações nos empréstimos do Banco Rural a Marcos Valério, que, segundo o relatório da CPI e o depoimento do ex-superintendente da instituição Carlos Godinho, serviriam para ocultar a verdadeira origem dos recursos que movimentaram o valerioduto. Na quarta-feira, a comissão ouve o vice-presidente do Rural, José Roberto Salgado.

Godinho disse à CPI que alertou as instâncias superiores do banco sobre as irregularidades na conta do empresário Marcos Valério, tanto sobre a rolagem da dívida dos empréstimos sem amortização quanto sobre a movimentação financeira do empresário, que traria indícios de lavagem de dinheiro.

A sub-relatoria de Contratos

continua a ouvir pessoas ligadas às fraudes dos contratos de publicidade da administração pública e do transporte de cargas dos Correios. Na terça-feira, ouve representantes das agências de publicidade Grotter-

ra, Ricardo Ramos Quirino, e Link/Bagg, Maurício de Pinho Santana. Na quarta e na quinta-feira, será a vez dos sócios da companhia aérea Beta,

uma das empresas que prestava serviços para os Correios: Lincoln Pereira Frade, Regiane Vencigueri Pimentel, Francisco Marques Carioca, Ioannis Amerssonis, Éder Cabo Verde e Reginaldo Fernandes.

Por sua vez, a sub-relatoria que investiga o Instituto de Resseguros do Brasil ouve quinta-feira pessoas envolvidas em supostas fraudes no pagamento de indenizações.

## Também irão depor suspeitos de fraudar contratos e indenizações

## Gestão pública é tema de seminário

A Cooperativa Nacional de Projetos Educacionais e Desenvolvimento Profissional (Cned), em parceria com o Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (Iplan), realiza nesta segunda e terça-feira no auditório do Interlegis o Seminário Nacio-

nal Gestão Pública na Velocidade das Mudanças. Participam do evento Ideli Salvatti (PT-SC) e os tucanos Flexa Ribeiro (PA) e Eduardo Azeredo (MG). Em debate, a gestão nas áreas do ensino especial, tecnologia e gerenciamento das instituições de ensino.

## agenda

### Comissões

#### SEGUNDA-FEIRA

#### 10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Audiência** – Realiza audiência pública para tratar das demarcações de terras indígenas Kraho/Kanela, no estado do Tocantins.

#### TERÇA-FEIRA

#### 9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Investimento** – Projeto cria o Fundo de Aval para o Setor Cacaueiro e dá outras providências (PLS 127/03). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** Senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

#### 9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

**Poluição** – Analisa projeto que altera o processo de fabricação de cal, com o objetivo de eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente (PLS 314/03). **Autor:** senador Aelton Freitas (PL-MG). **Relator:** senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

#### 10h – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**Código Florestal** – Além de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias, a

comissão analisa o projeto que altera o Código Florestal, para responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente situadas em áreas privadas (PLS 201/03). **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

#### 10h30 – CPI DOS BINGOS

**Palocci** – Está marcado o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que foi convidado a prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção em Ribeirão Preto (SP). Caso o ministro não compareça, os parlamentares devem aprovar sua convocação, instrumento que obriga o ministro a depor à CPI, sob pena de ser processado por crime de responsabilidade.

#### 11h – EDUCAÇÃO

**Bolsas de estudo** – Vota projeto que autoriza a concessão de

bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica (PLC 128/05). **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Paulo Paim (PT-RS).

**TV a cabo** – Outra proposta em tramitação altera a lei dos serviços de TV a cabo. **Autor:** Executivo. **Relator:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

#### 18h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**Sudam** – Analisa o projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A idéia dos parlamentares é votar a proposta também em Plenário na próxima terça-feira, junto com o projeto da recriação da Sudene. **Autor:** Executivo. **Relator:** senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

#### QUARTA-FEIRA

#### 10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Dedução** – Proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a dedução do Imposto de Renda para doação aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente (PLC 51/04). **Autora:** deputada Ângela Guadagnin (PT-SP). **Relator:** senador Flávio Arns (PT-PR).

### Plenário

#### SEGUNDA-FEIRA

**14h: sessão não-deliberativa**

#### TERÇA-FEIRA

**14h: sessão deliberativa**

**Sudene** – Os senadores devem votar o projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão idealizado pelo economista Celso Furta-

do para funcionar como uma agência de fomento ao desenvolvimento da região (PLC 59/04). **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

**PECs** – Os demais itens da pauta são propostas de emendas à Constituição: a que concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção; a que aumenta a vigência do Fundef; a que obriga a presença do presidente da República na abertura do ano legislativo; e a que dá ao Senado a competência de indicar os diretores de agências reguladoras caso o Executivo não o faça em até 90 dias após a vacância do cargo.

#### QUARTA-FEIRA

**10h: sessão especial**

**Marinha** – Plenário promove sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro.

**14h: sessão deliberativa**

**Cargos** – Estão na pauta projeto que cria o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural (PLC 130/05) e o que concede auxílio especial aos dependentes legais dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego assassinados durante ação fiscal (PLC 131/05).

#### QUINTA-FEIRA

**14h: sessão deliberativa**

**Rodovia** – Projeto (PLC 24/05) que cria a rodovia BR-379/MG entre Teófilo Otoni (MG) e Teixeira de Freitas (BA). **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

#### SEXTA-FEIRA

**Sem agenda**  
**Previsão de início do recesso parlamentar**





## CONGRESSO

## Presidência

## Renan recebe na Câmara a Medalha do Mérito Legislativo

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, agradeceu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, com a medalha do Mérito Legislativo, comenda ofertada a personalidades que tenham

prestado serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil.

Todos os 32 homenageados na solenidade da última quarta-feira foram indicados por deputados.

## Natal dos Sonhos arrecada brinquedos

A campanha *Natal dos Sonhos*, coordenada pela Pastoral do Menor e que arrecada brinquedos para serem doados às crianças carentes, recebeu a adesão de

Renan Calheiros. A agência Mega Models, de São Paulo, apóia a campanha e trouxe a Brasília dez modelos, tendo à frente a catarinense Ana Cláudia Michels.

## Curtas

## Indicados para diretoria da Ancine

O presidente do Sindicato da Indústria Cinematográfica de São Paulo, André Sturm, conseguiu o apoio do presidente Renan Calheiros aos seus candidatos à diretoria da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Luiz Fernando Noel, Ruth Albuquerque e Vera Zaveruscha.

## Novos cargos na Defensoria Pública

Defensores públicos da União obtiveram apoio do presidente do Senado para a criação de 169 cargos na Defensoria Pública da União. O órgão tem apenas 96 defensores. Concurso já foi realizado e existem 177 aprovados, mas os cargos não foram criados.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu dos jornalistas Gerson Camarotti (C) e Bernardo de la Peña, do jornal *O Globo*, o livro *Memorial do Escândalo*, produzido a partir de matérias publicadas pelos repórteres sobre a crise política. A obra revela bastidores da investigação no Congresso Nacional e apresenta reproduções de documentos referentes a algumas das denúncias apuradas pelas CPIs.

## Sessão marca Dia Internacional para Eliminação da Violência contra Mulher

Senadores e deputados reuniram-se em sessão solene do Congresso Nacional para registrar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, oficialmente fixado em 25 de novembro. O evento, realizado por requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente da Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher

Latino-Americana e Caribenha, marca também o encerramento das comemorações deste ano.

A sessão, ocorrida no Plenário da Câmara, foi aberta com a apresentação de um grupo da Escola de Música de Brasília. Várias mulheres com seus filhos, acolhidos pela Casa Abrigo – entidade que apóia as mulheres vítimas de violência – ocuparam as bancadas no Plenário.

## Críticas ao aperto fiscal e defesa das reformas tributária e política

A política fiscal, os juros elevados e o contingenciamento de recursos orçamentários foram criticados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, sob o argumento de que “freiam os investimentos e derrubam o crescimento econômico”. Para ele, a crise política ajuda na retração da economia e

é preciso equilíbrio e bom senso para harmonizar conflitos.

– Acertei com o presidente da Câmara uma pauta prioritária de votação até o fim do ano legislativo. As reformas tributária e política aprovadas no Senado precisam, com urgência, sair do papel – afirmou Renan.

## Líderes decidem na terça sobre recesso

Reunião entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e os líderes dos partidos, além dos presidentes das CPIs dos Bingos e dos Correios e o presidente do Conselho de Ética da Câmara, nesta terça-feira, vai decidir se o Congresso funciona durante o recesso parlamentar. Se não houver consenso sobre o assunto, o Legislativo encerra suas atividades na quinta-feira, e retoma os trabalhos em 15 de fevereiro de 2006, conforme prevê a Constituição.

A oposição acusa o governo de querer esfriar as investigações nas CPIs e os processos de cassação no Conselho de Ética. Sem a convocação extraordinária, a votação do Orçamento de 2006 ficaria para março, impedindo os investimentos do governo.

Rebelo entende que a convocação não é necessária. Ele admite, porém, que o Conselho de Ética continue trabalhando. Para isso, projeto de Inocêncio



Aldo Rebelo (C) é contra o trabalho do Congresso no recesso, mas admite o funcionamento do Conselho de Ética no período

Oliveira (PL-PE), que permite o funcionamento independente do conselho (PRC 277/05), teria que ser aprovado esta semana.

Em reunião com o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, Renan chegou a considerar a possibilidade de o Congresso trabalhar de 16 de janeiro a 15 de fevereiro. Diante da recusa do presidente Lula de

convocar o Congresso e a diferença de opinião entre Aldo e Renan sobre a autoconvocação, somente requerimento assinado pela maioria absoluta de deputados e senadores manteria o Legislativo no recesso.

Nesta segunda-feira ao meio-dia, Renan concede entrevista coletiva no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

## Desburocratização apresenta relatório

O relatório com as conclusões do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Sistematização do Senado está pronto e deve ser entregue esta semana ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O grupo, instalado em 18 de outubro, foi criado para apresentar sugestões que diminuam a burocracia nas relações do Estado com cidadãos e empresas. Compõem a comissão os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), presidente, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Delcídio Amaral (PT-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e

Ramez Tebet (PMDB-MS).

Uma das principais preocupações do grupo é facilitar os regulamentos que afetam a vida dos empresários. Entre as sugestões, deverá constar a criação de cadastro único para micro e pequenas empresas. Ou seja, um pequeno empresário inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ficaria dispensado de solicitar as inscrições estaduais, municipais e da Previdência Social.

Com isso, a abertura de uma empresa, que hoje pode demorar

até cinco meses, poderia ser feita em dois dias.

Muitas das medidas de desburocratização contidas no relatório estão contempladas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que tramita na Câmara dos Deputados. O substitutivo com alterações feitas pelo relator, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), deve ser votado nesta terça-feira [veja abaixo].

– Chegamos à conclusão de que na Lei Geral está o segredo da desburocratização – disse o senador Bezerra.

## Sistematização de projetos sobre segurança pública

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a criação de comissão parlamentar incumbida de sistematizar projetos relacionados à segurança pública em tramitação no Congresso que possam ser votados ainda este mês. O colegiado, que terá caráter informal, é composto pelos senadores César Borges (PFL-BA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) e pelos deputados Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e Alberto Fraga (PFL-DF).

César Borges afirmou que a comissão vai trabalhar para que projetos que possam melhorar a situação da segurança sejam votados rapidamente, mas advertiu que uma solução definitiva para o criminalidade passa, necessariamente, pela retomada do desenvolvimento econômico e por maiores investimentos nas polícias federal e estaduais.

## Comissão especial vota Lei do Supersimples

O substitutivo do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, deverá ser votado nesta terça-feira na comissão especial que analisa a proposta na Câmara. O projeto visa facilitar a vida dos pequenos empresários do país. Entre as propostas contidas na lei está o chamado Supersimples, que unifica oito impostos e contribuições federais, estaduais e municipais em um novo sistema tributário. Hauly apresentou seu novo substitutivo à comissão na semana passada. Ele vai pedir a realização de sessão extraordinária para permitir que a nova lei seja aprovada pela Câmara ainda neste ano.

**TIMEMANIA** - O Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei 5.524/05, do deputado Pedro Canedo (PP-GO), que cria a Timemania, loteria destinada a arrecadar recursos para o pagamento das dívidas dos clubes de futebol com a União. Foi acolhido substitutivo do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), relator na Comissão de Finanças e Tributação. Os deputados ainda terão de votar os destaques oferecidos ao texto. Pelo projeto, do total arrecadado com a Timemania, 25% irão para os clubes participantes, que assinarão termo de adesão autorizando o uso de suas marcas e a destinação direta do dinheiro que lhes cabe aos credores, como a Previdência Social.

**FUNDEB** - A Comissão Especial da Câmara que aprecia o projeto de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) aprovou relatório da deputada Iara Bernardi (PT-SP) sobre a PEC 415/05. Negociações de última hora permitiram que o relatório fosse acatado. “Com esse consenso, acredito que a PEC possa ser votada em Plenário até o fim do ano”, comemorou Iara. As negociações garantiram a inclusão, no texto, de artigo que estabelece que a União passe a contribuir com 10% dos recursos do fundo a partir do quinto ano de sua implantação. Hoje, a previsão é de que os recursos da União sejam corrigidos apenas pelo índice da inflação.



**CRISE POLÍTICA** Oposição contabiliza votos para aprovar requerimento que trará ministro da Fazenda à CPI dos Bingos

# Batalha em torno de convocação de Palocci



Após os senadores governistas terem conseguido evitar a votação do requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na última quarta-feira, os oposicionistas batalham votos para obter maioria nesta terça-feira.

Segundo o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), o senador Tião Viana (PT-AC) havia garantido que o ministro iria à comissão até 10 de dezembro, como convidado. Mas na semana passada Palocci informou, por telefone, que não compareceria à CPI.

– Tal atitude desrespeitou uma posição firmada na CPI, por isso eu mesmo apresentei novo requerimento de convocação – afirmou Efraim.

Por sugestão do relator da comissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), os senadores fixaram esta terça-feira como data-limite para

o comparecimento do ministro, sob pena de aprovarem a convocação.

– Se ele não vier, a melhor resposta seria uma votação, a mais exuberante possível, no sentido de convocá-lo – disse o relator.

Segundo o líder do PFL, José Agripino (RN), a oposição está trabalhando voto a voto a aprovação do requerimento. Para ele, o presidente da CPI foi enganado. Escolhido para fazer contato com o ministro, Flávio Arns (PT-PR) informou a Garibaldi que Palocci enviará à comissão uma carta explicando por que não poderá comparecer.

Na opinião de Magno Malta (PL-ES), autor do requerimento que pediu a instalação da CPI dos Bingos, não há fato determinado que justifique a convocação de Palocci, somente um convite. Ele ponderou que algumas investigações feitas pela CPI fogem do propósito inicial de sua criação.

Tião Viana considera o momento inconveniente para a convoca-

ção do ministro, podendo trazer reflexos negativos para a economia do país, principalmente após ter estado três vezes no Congresso no mês passado.

## Ministro está envolvido em diversas denúncias

O envolvimento de assessores e ex-assessores de Palocci em escândalos em Ribeirão Preto (SP), na época de sua gestão como prefeito, colocam o ministro sob suspeita.

Rogério Buratti, ex-assessor do então prefeito, afirmou ao Ministério Público e à CPI dos Bingos que Palocci recebeu repasses de R\$ 50 mil mensais da empresa Leão & Leão, dinheiro que teria sido usado na campanha presidencial. Disse ainda que empresários angolanos de casas de bingos teriam entregue R\$ 1 milhão para a campanha de Lula, fato que seria conhecido por Palocci. O nome do ministro também foi citado na polêmica renovação de contrato da GTech com a Caixa Econômica Federal em 2003.



JOSÉ CRUZ

Ao lado de Efraim Morais, Mara Gabrielli afirma ter informado Lula, em março de 2003, sobre corrupção em Santo André

## Jornalista confirma esquema de corrupção

A jornalista Mara Gabrielli ratificou na última terça-feira as informações prestadas por sua irmã Rosângela à CPI dos Bingos sobre o esquema de corrupção em Santo André (SP) e as pressões vividas por sua família desde 1997. Ela falou ainda sobre o encontro com o já presidente Lula, em março de 2003, quando lhe relatou os acontecimentos na prefeitura e pediu intervenção federal no município.

– Ele reagiu como se tudo o que eu lhe dizia não fosse uma surpresa e como se não fosse importante. Mas, apesar disso, o presidente fez diversas perguntas sobre o caso, desviando o assunto em algumas vezes – narrou.

Mara afirmou também ter estranhado a resposta de Lula quando comentou sobre o esquema de corrupção montado pelo então secretário de Serviços Municipais Klinger de Oliveira Souza, pelo empresário Ronan Maria Pinto e por Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, indiciado pelo assassinato do prefeito Celso Daniel.

– Quando eu falei no nome de Sérgio, ele disse: “Achei que Sérgio Gomes estivesse muito longe”.

## Promessa de Lula não teria sido cumprida

Mara Gabrielli, que é filiada ao PSDB e titular da Secretaria Municipal Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, de São Paulo, disse que no encontro o presidente

lhe prometeu averiguar as denúncias e procurá-la para dar respostas.

– Saí da casa dele, em São Bernardo do Campo, acreditando que ele iria intervir e as coisas iam melhorar, mas nada mudou ou foi feito – afirmou.

Tião Viana (PT-AC) rebateu as afirmações da depoente, informando que o presidente procurou o prefeito de Santo André, João Avamileno, que teria dito ao presidente que a Polícia Civil e o Ministério Público estavam investigando o caso e que iria abrir sindicância

para averiguar as denúncias de retaliação administrativa feita pela família Gabrielli.

– A Constituição não permite que haja intervenção federal nos municípios, mas o que coube ao presidente Lula fazer, ele fez – destacou o senador.

Mara disse que ela e sua família desconhecem o contato do presidente com o prefeito ou a sindicância.

– O que houve foi uma comissão especial montada pela prefeitura para averiguar o que eles chamaram de irregularidades na empresa de meu pai, como retaliação.

Para José Jorge (PFL-PE), houve uma operação “abafa”, já que o assassinato aconteceu em ano eleitoral.

A depoente foi elogiada pelos senadores, que reconheceram seu esforço para estar presente na CPI e sua coragem por ter denunciado o esquema ao Ministério Público, três dias após a morte do prefeito Celso Daniel.

## Garibaldi apresenta relatório parcial sobre a GTech

JANE ARAÚJO



Waldomiro Diniz deve estar na lista de indiciados pelo relator da CPI dos Bingos

Após quase cinco meses de investigação – em que foram reunidos depoimentos, documentos e quebras de sigilos –, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves, deve apresentar nesta quinta-feira seu primeiro relatório parcial, especificamente sobre o caso da renovação de contrato da Caixa Econômica Federal com a multinacional GTech em 2003.

O negócio foi cercado por uma série de ações consideradas irregulares, com possível pagamento de propina. Para Garibaldi, dois grupos atuaram como lobistas nessa negociação, que gerou contrato de R\$ 650 milhões por 25 meses.

Um grupo, segundo o relator, seria coordenado por Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assessoria Parlamentar da Casa Civil, que pediu exoneração em março de 2004, quando da divulgação de fita em que pedia propina para o empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

O outro grupo estaria nas mãos do advogado Rogério Buratti, ligado a Ralf Barquete, já morto, que foi secretário em Ribeirão Preto na gestão Palocci, mas que em 2003 atuava como assessor especial da Caixa.

O ex-diretor da GTech Brasil, Marcelo Rovai, afirmou em acareação que teria sido achacado pelos dois. Waldomiro e Buratti negaram e disseram que Rovai tentava fazer tráfico de influência.

Além de Waldomiro, Cachoeira, Buratti e Rovai, a CPI reuniu em acareação no mês de outubro o

advogado Enrico Gianelli, que prestava serviços à GTech. Ele apresentou à comissão um mapa feito pela multinacional para chegar a pessoas influentes no governo, no qual apareciam o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Outro personagem bastante envolvido no caso é o advogado Walter Santos Neto, dono da MM Consultoria, que recebeu da GTech R\$ 5 milhões por apenas uma medida cautelar obtida no Superior Tribunal de Justiça.

– Rovai abriu a guarda quando disse que o pagamento desse valor teria sido uma irresponsabilidade da GTech. Ficou comprovado que houve propina – disse o relator da CPI.

Entre outras pessoas, esses personagens devem constar da lista de pedido de indiciamento pela CPI dos Bingos.

## Cúpula do PT teria pego carona em aviões de empresário

Aviões do empresário José Roberto Colnaghi foram utilizados, pelo menos de cinco a seis vezes, pela cúpula do PT nos últimos três anos, inclusive pelo ministro Antonio Palocci, o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente nacional do partido, José Genoíno. Um avião Sêneca serviu ainda de transporte para dólares supostamente vindos de Cuba, levados de Brasília para São Paulo pelo consultor de empresas Vladimir Poletto.

Colnaghi confirmou que emprestou a aeronave a pedido de Ralf Barquete, se-

cretário municipal em Ribeirão Preto na gestão Palocci. O empresário informou que só soube do transporte de dinheiro em caixas de bebidas pela reportagem da revista *Veja*, denunciando o caso.

– Ralf disse que o avião seria para transportar uma pessoa, mas não mencionou o nome – afirmou Colnaghi.

Na história contada por Poletto, o avião saiu de Brasília, pousou em Viracopos (Campinas), mas teve de seguir para o aeroporto de Amarais, a sete minutos do local. Dono da empresa Asperbras Tubos

e Conexões, Colnaghi, que é filiado ao PFL, lembrou que também já emprestou o avião para deputados do PSDB.

Para espanto dos senadores, o empresário contou que deu carona para o já ministro Palocci e para Genoíno até Ribeirão Preto. Seguiria depois para Penápolis, sua cidade, mas acabou voltando para Brasília com os caronas. Só então seguiu seu destino.

– É estranho que ele tenha levado Palocci e Genoíno a Ribeirão Preto, tenha esperado os dois resolverem seus

problemas e depois voltado para Brasília. O avião virou um táxi aéreo e eles, fregueses – disse o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais.

Colnaghi, que exporta para Angola, onde mantém grandes negócios, negou que tenha sido beneficiado pelo governo em suas tratativas com o governo ou empresários angolanos. Ele confirmou, no entanto, que intermediou a relação do Banco Prosper, que tinha entre seus consultores Ralf Barquete e Vladimir Poletto, com o banco angolano Keve.



**CRISE POLÍTICA** Procuradoria Geral da República recusa, pela segunda vez, analisar pedido de prisão de empresário



Godinho diz que movimentação nas contas de Marcos Valério foi cinco vezes superior ao faturamento das empresas

## Banco Rural nunca cobrou empréstimos à SMP&B

Os empréstimos justificados como origem do valerioduto nunca foram cobrados pelo Banco Rural, mesmo sabendo que Marcos Valério tinha saldo em conta suficiente para quitar a dívida, afirmou o ex-superintendente do Rural Carlos Godinho à CPI dos Correios. O depoimento de Godinho confirma o sub-relatório da CPI que concluiu pela falsidade das operações de crédito, que seriam apenas formalizadas para ocultar a real origem do dinheiro repassado para políticos.

– O senhor reforça o que já foi objeto de análise pela CPI – disse o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ao depoente. Sub-relator de Movimentação Financeira, Fruet é o autor do relatório que procura desmontar a versão dos empréstimos.

Godinho também denunciou que a direção do banco foi informada diversas vezes sobre as irregularidades nos financia-

mentos concedidos a Marcos Valério e sobre as suspeitas de lavagem de dinheiro levantadas pela área de auditoria interna da empresa. Essas informações, segundo Godinho, foram suprimidas dos relatórios que o Banco Rural precisa colocar à disposição do Banco Central.

– A conta da SMP&B [empresa de Valério] não era abordada como deveria nos relatórios remetidos ao Banco Central. O texto era modificado antes de chegar ao conselho de administração do Rural – denunciou Godinho.

O ex-superintendente ainda identificou indícios de lavagem de dinheiro. A partir de 2003, informou, a movimentação financeira de Valério era pelo menos cinco vezes superior ao faturamento das empresas. Disse ainda que encaminhou as suspeitas aos seus superiores, que concluíram pela legalidade das contas.

## Pizzolato culpa Gushiken por favorecimento à DNA

No segundo depoimento à CPI dos Correios, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil (BB), Henrique Pizzolato, tentou minimizar sua própria importância no banco, transferindo a responsabilidade pelas irregularidades encontradas pela CPI para outros diretores do BB e para o ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Luiz Gushiken.

Pizzolato alegou que recebeu ordem de Gushiken para permitir que a DNA, de Marcos Valério, recebesse adiantamento da verba de publicidade da Visanet, empresa que tem o BB como um de seus sócios. Esse adiantamento, como apurou a CPI, permitiu que Valério desviasse cerca de R\$ 10 milhões, usados como garantia a um dos empréstimos concedidos pelo banco BMG ao empresário e repassado para o valerioduto.

– Gushiken era a última instância decisória. Ele disse: assina, não tem nenhum problema. Eu aceitei aquilo como uma ordem – informou o ex-diretor.

Henrique Pizzolato negou que tivesse conhecimento das fraudes ou que tivesse concentrado a verba de publicidade da Visanet na DNA. Ele afirmou que



Responsabilidade foi de Gushiken, alega Pizzolato: “Aceitei uma ordem”

não sabia dos pagamentos feitos pela agência ou da execução da verba da Visanet. A estratégia do depoente irritou os membros da comissão.

– Alguns parlamentares têm experiência no Executivo, e sabem que a um diretor de Marketing não se concebe desconhecimento em área de sua competência. O senhor chega a depor contra a história da instituição – advertiu o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral.

Luiz Gushiken, que hoje é chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, divulgou nota negando o depoimento de Pizzolato.

# CPI volta a pedir prisão de Valério



A CPI dos Correios cobrou do Ministério Público, pela segunda vez, o pedido de prisão preventiva de Marcos Valério por ocultação de provas, mas recebeu outro “não” da Procuradoria Geral da República. Antes mesmo de ser notificado pela CPI, o procurador-geral, Antônio

Fernando de Souza, afirmou que não há elementos no inquérito para pedir a prisão do Valério.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), justificou o pedido com base no laudo da Polícia Federal que identificou 80 mil notas falsas na contabilidade das agências de Valério, além de falsificação de assinaturas e outros sinais de adulteração de documentos.

Para Serraglio, o procurador-

geral precipitou-se ao dispensar o pedido de prisão.

– Ele não leu o laudo técnico da Polícia Federal sobre as notas fiscais de Valério – disse.

A CPI dos Correios já havia pedido a prisão preventiva do empresário em julho, quando a Polícia Civil de Minas Gerais apreendeu notas semidestruídas na casa do irmão do contador de Valério, que estava queimando a documentação.



ACM Neto (C) ressalva que não é possível saber quanto do prejuízo total foi desviado dos fundos

## Fundos teriam perdido R\$ 730 milhões

A recém-criada Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios encontrou indícios de que os fundos das estatais perderam mais de R\$ 730 milhões nos últimos cinco anos em operações intermediadas por corretoras. A informação consta do relatório preliminar apresentado pelo sub-relator, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Em todos os casos, indica o relatório, os fundos negociavam títulos por meio de corretoras que cobravam comissões muito acima do valor fixado pelo mercado. O deputado deixou claro que o documento não é conclusivo, mas indica que as operações irregulares não são “fatos isolados”, mas se repetiram ao longo de cinco anos.

– Não posso afirmar ainda o quanto deste dinheiro representa perda por má gestão e o quanto foi perdido por desvio de recursos – explicou ACM Neto, que apresentou a maior parte dos dados, consolidados pelas empresas de auditoria contratadas pela comissão, em reunião a portas fechadas.

Para o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), os dados são muito recentes e não devem servir para conclusões apressadas, sob pena de prejudicar a credibilidade da própria comissão.

– Qualquer informação nesse momento é precipitada. Pre-

cisamos tomar cuidado para que os trabalhos não sejam colocados em xeque por conta de uma declaração inadequada – advertiu.

A CPI agora quer identificar quem foram os clientes das corretoras que lucraram com as operações, quem permitiu que os prejuízos continuassem por tanto tempo e qual foi o destino do lucro indevido das corretoras, ou seja, se os prejuízos estão ligados ao valerioduto. A investigação, no entanto, tem esbarrado no Supremo Tribunal Federal, que impediu o acesso da CPI às quebras de sigilos de fundos e de corretoras.

**CPI agora quer identificar os clientes que lucraram com as transações**

## Coteminas recebeu do caixa dois do PT

Pelo menos R\$ 1 milhão do caixa dois petista foi parar na Coteminas – empresa do vice-presidente da República, José Alencar –, como identificou a CPI dos Correios. O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, confirmou a origem ilegal e disse que o dinheiro fazia parte do esquema montado por ele e por Marcos Valério. Este, por sua vez, negou qualquer envolvimento com a operação. O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio, disse estar convencido de que o milhão

da Coteminas não é do valerioduto, mas de outro esquema do partido.

O que mais chamou a atenção dos parlamentares foi o fato de o pagamento ter sido feito em maio deste ano, data posterior ao período em que o ex-secretário do PT e o empresário Marcos Valério afirmaram ter movimentado o esquema de arrecadação ilegal.

O atual presidente da Coteminas, Josué Gomes, filho de Alencar, confirmou o pagamento, que seria referente a camisetas

vendidas ao partido. O empresário deixou claro que não sabia da origem ilegal do dinheiro e apresentou à CPI os registros contábeis referentes à operação com o PT.

– A Coteminas fez tudo corretamente. Quem tem que se explicar em relação a essa história é o partido – disse Josué Gomes.

Serraglio concorda que quem agiu incorretamente não foi a Coteminas, mas o PT, e descartou qualquer convocação do vice-presidente e de seu filho.



**CRISE POLÍTICA** Afirmções do presidente sobre boa fase na economia não encontram respaldo no Plenário

# Senadores contestam declarações de Lula



O líder do PFL, senador José Agripino (RN), contestou afirmação do presidente Lula dada em entrevista coletiva às principais emissoras de rádio do país de que a economia brasileira passa atualmente por um ciclo virtuoso.

Para Agripino, "parece que Lula não viu" os dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de queda de 1,2% no produto interno bruto (PIB), no último trimestre, nem a estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que previa 3,4% de crescimento para 2005, e reduziu este índice para 2,3%.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) discordou da declaração de Lula com relação ao bom desempenho da indústria, que, afirmou o presidente, pela primeira vez teve mais lucro que os bancos.

– Os quatro maiores bancos tiveram lucro de R\$ 12 bilhões apenas no primeiro semestre do ano,



Agripino menciona os dados sobre a queda de 1,2% no PIB e a estimativa que reduziu a previsão de crescimento para 2005

enquanto as indústrias sofreram desaceleração – sustentou.

Na avaliação do senador Almeida Lima (PMDB-SE), o PT se rendeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aprofundou a prática do neoliberalismo no país. Ele fez um alerta ao governo para que sejam feitas mudanças profundas na política econômica

a fim de se evitar o estabelecimento do caos no Brasil.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou que o presidente Lula, líder sindicalista que comandou diversas greves, não esteja conseguindo acabar com a paralisação envolvendo os profissionais das universidades federais.

## Discurso do presidente deixa Heloísa indignada

Em discurso no Plenário, Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que somente por "ignorância, inocência ou vigarice política" as pessoas não ficariam indignadas com o presidente Lula, que, em seus pronunciamentos, insiste em dizer que não sabia dos atos de corrupção que vêm sendo denunciados em seu partido.

A senadora disse que "somentemente os ignorantes" estão descul-



Para Heloísa, "só os ignorantes, inocentes ou vigaristas" não ficam indignados com Lula

pados, por não conhecerem as análises técnicas e o cruzamento dos sigilos fiscal, telefônico e bancário dos envolvidos. Ela avalia que o presidente só não será processado por crime de responsabilidade porque o Congresso está desmoralizado.

Heloísa também criticou a forma como o governo libera recursos para as emendas dos parlamentares ao orçamento anual.

– Emenda parlamentar é outra forma de mensalão – classificou, dizendo que os parlamentares que votam favoravelmente ao governo têm mais recursos liberados do que os outros.

A senadora afirmou que, por não ter vínculos partidários com os prefeitos de seu estado, não tendo com eles compromissos eleitorais, pode analisar a situação dos municípios de Alagoas e identificar as necessidades locais, propondo a destinação de recursos para os municípios que precisarem mais.

## Jefferson Péres: Severino como ministro informal é um escândalo

Jefferson Péres (PDT-AM) considerou um escândalo a denúncia da revista *Veja* de que o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti se transformou numa espécie de "ministro informal" das Cidades, usando salas do ministério para despachar com políticos. Severino renunciou em setembro depois da denúncia de que recebia propina de um empresário que explorava restaurantes na Câmara. O senador lembrou que o "ministro formal" das Cidades, Márcio Fortes, foi indicado pelo ex-deputado e apresentou requerimento propondo que Fortes compareça ao Senado para explicações. Para a *Veja*, Severino usa a garagem do ministério, uma sala ao lado do gabinete do ministro e já chegou a receber políticos na sala da reuniões do ministro.

## Para Alvaro Dias, BC permitiu valerioduto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a atuação do Banco Central, cuja fiscalização deficiente das instituições financeiras ficou evidenciada nos erros e omissões no acompanhamento das atividades dos bancos envolvidos em denúncias sobre o mensalão, como apontam investigações das comissões de inquérito no Congresso.

– Não tenho receio de errar ao afirmar que o valerioduto exis-

tiu porque o Banco Central permitiu – acusou, poupando das críticas o quadro funcional.

Para o senador, o governo Lula é uma "Torre de Babel", marcada por conflitos internos e pela reação diante dos escândalos investigados. Segundo ele, os investidores não estão alheios a essa "baderna".

– O governo Lula, em matéria de honra, ética e respeito a promessas, está levando nota zero.

## Arthur Virgílio elogia procurador da República

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), elogiou a postura do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contrária ao pedido de prisão preventiva do empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do suposto mensalão. Para ele, Souza não é um "engavetador", mas um homem criterioso.

– Marcos Valério deveria estar preso, sim. Esse é o julgamento de pessoas menos afeitas aos dados objetivos da lei brasileira. O procurador, se despedido dessas funções, haveria de comungar conosco. Mas a posição que ele tomou foi embasada em suas convicções legais, contrariando talvez suas convicções de alma – disse.

## ACM vê represália em denúncia contra Coteminas

Pode ter sido uma "represália do governo contra o vice-presidente José Alencar" a denúncia de que a Coteminas recebeu R\$ 1 milhão do PT, em dinheiro, sem que a transação constasse das contas do partido. A hipótese foi levantada por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O objetivo, disse, seria retaliar o vice, dono da Coteminas, por suas críticas à política econômica.

Já Marcelo Crivella (PMR-RJ) criticou o jornal *O Globo* por vincular a Coteminas a esquema de desvio de recursos públicos. Para ele, a manchete foi motivada pelo interesse do jornal dos juros altos e do câmbio valorizado, uma vez que possui dívidas em dólar.

## Ana Júlia lamenta pouco destaque a prisão de tucano

Ao comentar a prisão de um ex-candidato a prefeito pelo PSDB por tráfico de drogas, Ana Júlia Carepa (PT-PA) questionou a postura dos órgãos de imprensa, que para ela deram pouco destaque ao fato, ao contrário do que ocorreria se o preso fosse do PT. Missilvan Xavier dos Santos,

candidato tucano derrotado à prefeitura de Tupiratins (TO), foi preso com 500 kg de cocaína.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), essa omissão deve servir de "reflexão para os senadores da oposição, que muitas vezes vêm à tribuna acusar o PT de forma generalizada".

## Conselho de Ética suspende votações

Até o final deste ano, o Conselho de Ética da Câmara não vai votar mais nenhum processo disciplinar contra deputados. "Seria injustiça pedir a cassação de alguém para que essa pessoa fique dois meses em suas bases na condição de semi-cassado", explicou o presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP). Segundo ele, se o órgão for convocado para trabalhar em janeiro, sete ou oito processos estarão prontos para votação na retomada dos trabalhos em 15 de fevereiro.

## Prazo maior para processo de 12 deputados

O Plenário aprovou a prorrogação, por mais 90 dias, dos processos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra 12 deputados. Segundo o 1º vice-presidente da Câmara, José Thomaz Nonô (PFL-AL), a prorrogação era imprescindível para que o andamento dos processos de perda de mandato de deputados não fosse prejudicado. Isso, disse, não significa que haverá convocação extraordinária da Câmara. "Ainda não existe decisão a esse respeito", informou Nonô.

## Assessor de Professor Luizinho admite saque

O ex-assessor do deputado Professor Luizinho (PT-SP) José Nilson dos Santos confirmou o saque de R\$ 20 mil no Banco Rural em São Paulo de uma conta do empresário Marcos Valério, admitindo que negara o fato ao deputado anteriormente porque temia perder o emprego. Santos disse que o dinheiro sacado foi conseguido com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares em 2003 e usado para pagar serviços da campanha de pré-candidatos do partido em Santo André e Ribeirão Pires.

## Josias Gomes diz que se sente traído por Delúbio

Ao Conselho de Ética, o deputado Josias Gomes (PT-BA) se disse traído pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. "Eu confiava que estava recebendo recursos legais, tanto que, para receber, apresentei minha carteira parlamentar", disse, ao confirmar que recebeu R\$ 100 mil para pagar despesas de campanha na Bahia, em 2002. Também foi ouvido o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, testemunha no processo contra Wanderval Santos (PL-SP). (Com Agência Câmara)



**ORÇAMENTO** Semana é decisiva para o Congresso aprovar a lei orçamentária para o ano eleitoral de 2006

# Disputa política emperra votação

**C**rise política, cobertor curto e sinais de desaceleração da economia emolduram um cenário desfavorável para a tramitação do Orçamento do ano eleitoral de 2006. A queda-debraço entre governo e oposição dificulta as previsões do que deve ocorrer com o projeto da Lei Orçamentária Anual. Na avaliação de parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO), esta semana deve ser decisiva para saber se o Congresso conseguirá aprovar a proposta orçamentária ainda este ano.

– Tecnicamente, podemos votar o projeto da lei orçamentária antes do Natal – declarou o deputado Carlito Merss (PT-SC), relator do Orçamento. Só que o projeto virou alvo das disputas políticas. O presidente Lula reuniu-se na quarta-feira com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ministros e senadores do PMDB, como José Sarney (AP) e Ney Suassuna (PB), para expor sua preocupação com a estratégia do PSDB e do PFL em protelar a votação.

O governo está empenhado em iniciar o próximo exercício com o Orçamento aprovado para agilizar os repasses aos estados e aos municípios até junho, já que a partir

do mês seguinte estará impedido pela Lei Eleitoral de realizar essas transferências voluntárias de recursos da União.

Além do calendário apertado, o fluxo de investimentos também ficaria comprometido em um ano eleitoral, quando o governo tem pressa em mostrar resultados. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) restabeleceu a regra de 1/12 para as liberações de recursos com base na proposta do Executivo, no caso de o Congresso não aprovar o Orçamento este ano.

## Sem dinheiro para obter apoio nas eleições

Mas esse dispositivo impede a liberação de dinheiro para investimento. O que, a rigor, não seria um transtorno se não fosse um ano de eleições para presidente, governadores e para renovação do Legislativo. Geralmente o governo só autoriza esses gastos no segundo trimestre, lembram consultores da CMO.

Porém, está exatamente aí a maioria das emendas parlamentares. Muitos deles precisarão dessas obras para obter apoio nos municípios onde estão suas bases eleitorais. Se isso ficar evidenciado, técnicos do governo



Gilberto Mestrinho (C), presidente da CMO, se defronta com pressões para protelar votação

apostam que o baixo clero poderá se insurgir contra manobras para atrasar o Orçamento. Nesse caso, a tramitação poderia deslançar e o Orçamento seria votado até a última semana de dezembro.

Mas crescem as queixas da oposição contra os critérios para a liberação de emendas ao Orçamento de 2005 e as tentativas de obstruir os trabalhos da CMO. Na

semana passada, apesar de um acordo entre os coordenadores das bancadas, a comissão não conseguiu votar nenhum dos 16 projetos de créditos adicionais, deixando à míngua alguns órgãos do Executivo, como o IBGE, e ameaçando os pagamentos previdenciários. A votação ficou adiada para esta terça-feira.

Uma outra manobra poderá

atingir o Orçamento de 2006. O deputado Ricardo Barros (PP-PR) avisou que irá obstruir a apreciação do projeto de lei se não forem votadas antes as novas regras do processo orçamentário. Os pareceres da Câmara e do Senado já foram entregues e os prazos de tramitação do projeto que Barros encaminhou à Mesa do Congresso estão esgotados.

## Prefeitos voltam a pressionar pela reforma tributária

Os prefeitos estarão em Brasília esta semana, entre os dias 13 e 15, para voltar a pressionar os deputados pela votação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), já que a reforma tributária foi incluída entre os projetos prioritários da pauta da Câmara até o final do ano.

Se aprovado, só esse acréscimo no FPM renderá R\$ 1,5 bilhão aos cofres municipais ainda em 2005, conforme estimativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, explica que se a elevação não for votada até o

final de dezembro, as prefeituras só poderão contar com esse reforço no final de 2006, pelo que foi estabelecido para esse repasse. "Quem acaba prejudicado é o cidadão, pois 25% do que recebemos é investido em educação e 15% em saúde", salienta Ziulkoski.

A mobilização começa às 15h desta terça-feira no Salão Verde da Câmara. Os prefeitos vão tentar conversar com os presidentes das duas Casas e sensibilizar os parlamentares. Nos dois dias seguintes, estarão no Auditório Petrônio Portella, no Senado, para fazer um balanço da agenda municipalista no Congresso.

## Merss garante salário de pelo menos R\$ 340

O relator-geral do Orçamento da União para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), afirmou em entrevista na sexta-feira que o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio próximo será de pelo menos R\$ 340. O governo havia previsto no projeto orçamentário um mínimo de R\$ 321 e o acréscimo do relator exigirá por ano R\$ 3 bilhões do governo, para pagamento de aposentadorias do INSS e benefícios para idosos e deficientes.

– Vou começar a trabalhar com 340 reais, mas lutarei para que seja mais que isso. Não sei se teremos dinheiro para um valor mais elevado – assinalou.

Merss observou que o principal empecilho para uma elevação maior no salário mínimo são as prefeituras do Norte e Nordeste, frisando que "muitas podem

quebrar" se o valor subir muito. Informou que, se o mínimo for para R\$ 350, o gasto adicional anual da Previdência e Assistência Social será de R\$ 4,6 bilhões. Ele considerou praticamente impossível atender as reivindicações de sindicalistas para que o valor chegue a R\$ 400.

– Isso custaria 12,6 bilhões de reais. Não há esse dinheiro – disse.

O relator-geral do Orçamento decidirá nos próximos dias como redistribuir os R\$ 9,9 bilhões obtidos pela reestimativa das receitas que a União terá em 2006. O Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento concordou com os estudos técnicos e autorizou esse acréscimo na previsão de receitas (R\$

11,36 bilhões brutos), apesar dos protestos do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Com a alteração, as receitas administradas do governo no próximo ano passarão de R\$ 350,2 bilhões para R\$ 361,6 bilhões. Na

terça-feira, a Comissão de Orçamento deverá votar a nova previsão. Sem isso, ficará mais difícil aprovar o projeto orçamentário até o fim do ano.

Merss informou ainda que vai tentar reajustar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Para que ela tenha uma correção idêntica à inflação do governo Lula, o governo teria de abrir mão de receitas de aproximadamente R\$ 2 bilhões, nos cálculos do deputado.

### Prefeituras do Norte e Nordeste podem quebrar se valor subir muito

## Por uma política permanente para o mínimo

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, instituiu, na última quarta-feira, comissão mista composta por oito senadores e oito deputados para estudar uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Diante de lideranças políticas e sin-

dicais, Renan afirmou que a comissão buscará soluções para que salário mínimo seja capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, enalteceu a iniciativa. O senador Paulo Paim (PT-RS) celebrou a união entre Câmara e Senado para criar uma política permanente para a remuneração dos trabalhadores. Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que não basta aumentar gradativamente o valor do salário: é necessário ainda prestar serviços públicos de qualidade que permitam uma vida digna ao trabalhador.

Integram a comissão do salário mínimo os senadores: José Jorge (PFL-PE), Lucia Vânia (PSDB-GO), César Borges (PFL-BA), Amir Lando (PMDB-RO), Luiz Otávio (PMDB-PA), Paulo Paim (PT-RS), João Ribeiro (PL-TO) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Os deputados são: Vicentinho (PT-SP), Cláudio Rorato (PMDB-PR), Fábio Souto (PFL-BA), Walter Barelli (PSDB-SP), Leodegar Tiscoski (PP-SC), Jackson Barreto (PTB-SE), Medeiros (PL-SP) e Vittorio Mediolli (PV-MG).

## Relator sinaliza reajuste para funcionalismo

O relator da lei orçamentária, deputado Carlito Merss (PT-SC), disse que quer destinar parte da reestimativa para reajuste do funcionalismo. Todas as categorias chegariam ao fim do governo Lula com aumento de 29%. Precisar, para isso, de mais R\$ 2 bilhões. Quem já teve reajuste maior, não teria direito. "Por enquanto isso é intenção", esclareceu. Ele informou ainda que vai tentar reajustar a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. "Há pouco dinheiro para muita demanda, como a Lei Kandir e para o Fundeb. Há pressão dos governadores para compensar os estados exportadores. Quanto mais para a Lei Kandir, menos para correção da tabela do IR", concluiu.



Renan institui comissão e fala sobre política de remuneração dos trabalhadores



**DESENVOLVIMENTO** Debate na CRE examina os motivos que levaram à redução do crescimento econômico no país



Saturnino (C) preside audiência pública que reuniu Hélio Jaguaribe (E) e Rubens Ricúpero

## O Brasil diante do desafio de crescer



Na audiência promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir as razões que levaram o país a perder terreno na luta pelo desenvolvimento econômico e social, as divergências não impediram o sociólogo Hélio Jaguaribe e o embaixador Rubens Ricúpero de concordar em um ponto: é preciso mudar para crescer. O debate foi presidido por Roberto Saturnino (PT-RJ).

Cientista político, imortal da Academia Brasileira de Letras, autor de mais de 30 livros, professor visitante nas universida-

des de Harvard, Stanford e no Massachusetts Institute of Technology, Jaguaribe prega a adoção de um modelo – inspirado na revalorização do Estado como promotor do crescimento – que aqueça a economia e eleve para pelo menos 6% ao ano as taxas de crescimento, classificadas como “humilhantes” e atribuídas à política neoliberal dos governos Fernando Henrique e Lula.

– É possível buscar um neodesenvolvimentismo, não como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek, mas adaptado ao tempo atual e com dimensão regional. Devemos buscar uma aliança estratégica com a Argentina, a partir da qual poderíamos forta-

lecer o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações e, dessa forma, adquirir massa crítica para enfrentar o imperialismo americano – disse.

Já o diplomata de carreira Rubens Ricúpero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, não acha “saudável” a atual situação da economia brasileira. Diferentemente do que propõe Jaguaribe, Ricúpero vê no estímulo ao comércio exterior a saída para o país.

– O câmbio coloca em perigo a estratégia de dar solidez à economia. A decisão urgente é a de acertar uma dose moderada para os juros e o câmbio – observa.

## Senadores apontam alternativas ao modelo

Está nas mãos dos brasileiros a decisão de seguir o exemplo asiático e retomar o caminho do rápido crescimento, disse o senador Jefferson Péres (PDT-AM), durante audiência promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Por que o Brasil não fez isso? O problema é que temos um Estado corrupto e ineficiente.

Cristovam Buarque (PDT-DF) atribuiu o crescimento asiático em parte à continuidade de po-

líticas públicas e observou que falta ao Brasil um projeto de nação de longo prazo.

Autor do requerimento para a realização da audiência, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou que os brasileiros ainda não tenham desenvolvido o hábito da poupança e defendeu a ampliação da taxa de investimento para uma faixa entre 25% e 28% do produto interno bruto (PIB).

Ao apoiar a rápida retomada do crescimento, Roberto Satur-

nino (PT-RJ), presidente da CRE, admitiu que a queda dos juros poderia ter efeitos sobre a inflação. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou a estabilidade um “ponto de partida” para a economia e defendeu a diminuição de desigualdades regionais.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a qualidade do debate e Edison Lobão (PFL-MA) observou que já existe um diagnóstico quase consensual sobre a situação da economia brasileira.

### Patrícia defende parceria para atender criança de rua

Durante audiência realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Patrícia Saboya (PSB-CE) afirmou que é da competência do governo o atendimento às crianças e adolescentes que moram na rua. Na avaliação da senadora, que pediu a audiência, essa atividade estatal, para ser mais eficiente, deveria ser desempenhada por meio de parcerias com entidades privadas, que já vêm trabalhando na área mesmo com poucos recursos financeiros.

A senadora pediu a audiência pública para discutir a situação dos meninos e meninas brasileiros que moram na rua e o andamento da campanha Meninos de Rua Fora das Ruas. Para ela, é importante investir em projetos preventivos, a fim de evitar que as crianças tornem-se bandidos e traficantes, aumentando, assim, o contingente de excluídos.

Convidada a falar de sua experiência pessoal, a ex-menina de rua e hoje adolescente educadora de crianças de ruas Ana Lúcia Andrade de Farias lembrou ser necessário não apenas apresentar propostas, mas também implementá-las.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que o tema seja transformado em pauta permanente na CAS para chamar a atenção para o problema.

### Comissão realiza audiência sobre trabalho escravo

Aproximadamente 40 mil pessoas são submetidas a trabalho escravo no Brasil, segundo dados apresentados pela coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Patrícia Souto Aldi. As informações foram oferecidas em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O debate foi realizado por iniciativa de Ana Júlia Carepa (PT-PA), com o objetivo de debater projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece critérios para classificar uma propriedade rural como produtiva ou improdutiva (PLS 46/04).

De acordo com a proposta, não será considerado produtivo o imóvel rural em que for constatada a ocorrência de uma das seguintes situações: trabalho escravo ou análogo à escravidão, trabalho infantil, crime ambiental e culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Cristovam anunciou que fará modificações no projeto, em virtude de “imprecisões conceituais” apontadas pelo relator da matéria, Osmar Dias (PDT-PR), e implementadas por meio de proposta de emenda constitucional, que também será subscrita pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Osmar Dias observa que o projeto não conceitua “trabalho infantil”, o que poderia causar divergências na interpretação da legislação trabalhista.

## Banco Mundial prevê queda na taxa de pobreza

A primeira das oito Metas de Desenvolvimento do Milênio é reduzir à metade o número de pessoas vivendo com apenas um dólar por dia (de 28% em 1990 para 14% em 2015). No cenário de crescimento econômico traçado pelo estudo “Desenvolvimento e redução da pobreza – Reflexão e perspectiva”, divulgado pelo Banco Mundial no ano passado, o mundo até superaria essa meta, com queda da taxa para 12,5% em dez anos. Porém, até 2030, os que

Globalmente, ainda que as taxas de pobreza tenham caído e o número de pessoas vivendo com menos de um dólar ao dia tenha diminuído, a proporção daqueles que ganham menos de dois dólares ao dia subiu de 2,4 bilhões em 1981 para 2,7 bilhões vinte anos mais tarde.

A maioria dos extremamente pobres vive em países que parecem estar no rumo certo para cumprir as metas, entre eles nações com grandes populações como China, Índia, Paquistão e Indonésia. Até 2015, quase quatro quintos das maiores cidades do mundo estarão nos países em desenvolvimento.

As taxas de desnutrição e fome vêm caindo na maioria das regiões do globo, mas não tão rápido a ponto de atingir as Metas do Milênio. Em 2002, na Ásia Oriental e do Pacífico, na América Latina e Caribe havia menos pessoas desnutridas do que em 1992. Em muitas áreas, porém, o número de famintos continua a crescer, como na África subsaariana.

**Mas em 25 anos serão 500 milhões vivendo com menos de US\$ 1 por dia**

### Pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia (%)

Região	1984	1990	1996	2001
Leste Asiático e Pacífico	38,6	29,6	16,6	15,6
China	40,6	33,0	17,4	16,6
Europa e Ásia Central	0,3	0,5	4,2	3,7
América Latina e Caribe	11,8	11,3	10,7	9,5
Oriente Médio e Norte da África	3,8	2,3	2,0	2,4
Sul da Ásia	46,8	41,3	35,1	31,1
África subsaariana	46,3	44,6	45,3	46,5
<b>No mundo</b>	<b>32,7</b>	<b>27,9</b>	<b>22,3</b>	<b>21,3</b>

Fonte: Indicadores Mundiais de Desenvolvimento, Banco Mundial, 2005

## Cresce a economia global e cai crescimento da população

Estudo realizado pelo Banco Mundial no ano passado traçou um cenário em relação ao estágio de desenvolvimento econômico e social do planeta no ano 2030. Conforme a análise, a projeção da população mundial é de 7,1 bilhões para 2015 e 8 bilhões em 2030. Quase todo o aumento ocorrerá nos países em desenvolvimento, enquanto o crescimento nos países industrializados

prevê uma taxa de 0,71% para o Brasil em 2020). Muitos países da Europa e Ásia Central, inclusive a Federação Russa, já estão enfrentando declínios populacionais absolutos.

Baseado nas taxas de câmbio e preços de mercado de 2001, o Banco Mundial estima que a economia global passaria de US\$ 35 trilhões em 2005 para US\$ 75 trilhões em 2030, com uma taxa de crescimento médio anual de 3% a 5% para os países em desenvolvimento e 2,5% para os industrializados. Mantido esse ritmo, a participação dos emergentes no PIB global se elevaria de pouco mais de um quinto em 2005 para um terço em 2030. Os Estados Unidos permaneceriam como a maior economia, embora a soma da riqueza produzida pelos países em desenvolvimento deva superar a dos americanos entre 2025 e 2030.

**Estudo do Banco Mundial prevê que população global será de 8 bilhões em 2030**

Em média, o crescimento anual da população nos países em desenvolvimento cairá de 1,3% para 0,8% até 2030, com declínio generalizado (o IBGE



## COMISSÕES



Jereissati (E), relator do projeto da Sudene, conversa com Ney Suassuna e Antonio Carlos Magalhães

## Educação poderá receber 30% do Fust

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que determina a aplicação de pelo menos 30% dos recursos destinados ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em educação básica teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Educação (CE). O PLS 473/03 aumenta o percentual atualmente fixado em 18% pela Lei 9.998/00, que instituiu o Fust. A proposta agora será examinada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde receberá decisão terminativa.

Paim destacou que a área educacional avançou muito em decorrência dos projetos aprovados no Senado.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ministro da Educação de janeiro de 2003 a janeiro de 2004, informou que grande parte do investimento federal em educação destina-se ao nível superior, porém a educação básica é indispensável para fazer do país uma nação integrada.

– Sem computador, uma escola de hoje é igual a uma escola de anos atrás sem quadro-negro. Até mesmo a educação superior não terá qualidade se a educação básica não a tiver – disse Cristovam.

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) sugeriu a elaboração de projeto de lei que proíba o bloqueio dos “escassos recursos”

destinados à educação no Orçamento da União.

– É triste que estejamos discutindo o percentual destinado ao ensino básico, mas não tenhamos a certeza de que serão aplicados efetivamente na educação – observou Crivella.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) argumentou que projetos que beneficiem a área educacional deveriam ter caráter impositivo para evitar que as escolas, especialmente as periféricas, não sejam atendidas. Já Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que investimentos na educação básica podem colaborar para a diminuição da violência e da criminalidade no país.

## Mares Guia defende concessão facilitada de vistos para turistas

Ao participar de audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, defendeu a desburocratização do processo de concessão de vistos para entrada de turistas estrangeiros no Brasil, o que permitiria a geração de milhares de postos de trabalho no país.

O ministro elogiou o Congresso Nacional pela criação de quatro comissões temáticas de turismo e pelo aumento

dos recursos orçamentários destinados ao setor nos últimos anos, por meio de emendas.

Também participaram do debate o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, favorável à medida, e o representante do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Manoel Gomes Pereira, que defendeu o princípio da reciprocidade, pelo qual o Brasil daria a cada país o mesmo tratamento dado aos brasileiros com relação à emissão dos vistos.

## Comissão aprova novo diretor do Dnit, que ainda vai a votação no Plenário

Por 15 votos a favor, três contrários e uma abstenção, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou a indicação do nome do engenheiro Mauro Barbosa da Silva para exercer o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura (Dnit). A indicação presidencial precisa da aprovação do Plenário do Senado para ser efetivada.

Órgão executivo do Ministério dos Transportes, o Dnit dispunha, em 2005, de R\$ 4,5 bilhões no Orçamento da União. Segundo Mauro Barbosa, já foram gastos R\$ 4,1 bilhões.

– Em minha gestão, a prioridade será colocar as máquinas na pista – garantiu Barbosa, prometendo recuperar as rodovias brasileiras.

## CCS é favorável a guia de proteção aos assinantes de TV paga

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, aprovou parecer do conselheiro Gilberto Carlos Leifert favorável à implantação do regulamento de proteção e defesa dos direitos dos assinantes de televisão paga. O regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) será implementado em breve.

– O regulamento não estabelece novos direitos e nem amplia a atuação das operadoras, mas vai orientar os usuários de tevê paga a reivindicarem os direitos previstos em lei. O regulamento será uma espécie de manual do assinante dos serviços de tevê a cabo, MMDS, via satélite, DTH e outros – informou Leifert. Na mesma reunião, o CCS aprovou parecer contrário à proposta encaminhada pelo Ministério da Justiça que prevê a classificação indicativa a programas jornalísticos de televisão ao vivo.

# Recriação da Sudene está na pauta de terça

O Plenário do Senado deverá votar nesta terça-feira o projeto de lei que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposta – PLC 59/04-Complementar – estabelece objetivos, áreas de competência, conselhos deliberativos e instrumentos de ação do órgão. Por ter sido modificado, o projeto retornará à Câmara para nova votação.

Na quinta-feira, os senadores iniciaram a discussão do substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto da Sudene, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Entre as alterações propostas, destacam-se a redução de membros do conselho deliberativo de 27 para 16 e o fortalecimento do Banco do Nordeste (BNB), tornando-o agente operador dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento

do Nordeste (FDNE), que não poderão ser contingenciados (veja quadro abaixo).

– Será um órgão de referência, de articulação e desenvolvimento do Nordeste – disse Jereissati.

Na sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou que apresentará destaque para votação em separado para permitir a readmissão dos funcionários que perderam seus empregos quando a Sudene foi extinta durante o governo Fernando Henrique. Segundo o senador, os empresários e políticos responsáveis pela corrupção não foram punidos.

Na terça, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) deve votar o parecer de Ana Júlia Carepa (PT-PA) à proposta (PLC 60/04) que recria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Vice-líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) disse esperar que o projeto seja aprovado em Plenário também nesta semana.

## Principais pontos do projeto que recria a Sudene, após análise nas comissões

O texto original passou por substanciais mudanças nas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto relatado pelo senador Tasso Jereissati, aprovado na CCJ, segue em regime de urgência para votação no Plenário.

Planejamento de políticas para a região	Nova Sudene estará mais voltada para o planejamento de políticas do que para a execução de programas de financiamento
Conselho deliberativo reduzido para apenas 16 representantes	Onze governadores, três ministros (da Fazenda, do Planejamento e da Integração Nacional) e os presidentes da Sudene e do Banco do Nordeste (BNB). O governo, que desejava 27 membros, tentará modificar o projeto na Câmara
Agente operador	O BNB será o agente operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)
Autorização para a criação da BNBPar	A criação de uma subsidiária integral ajudará a efetuar investimentos de capital de risco. O BNBPar poderá utilizar até 5% dos recursos anuais do FNE e do FDNE
Recursos não poderão ser contingenciados	Verbas do FDNE estão livres de bloqueio pelo governo federal e serão automaticamente transferidas para o BNB no dia 20 de cada mês
Recursos não usados serão transferidos para o ano seguinte	Como as verbas serão mensalmente repassadas a uma conta do BNB, ficam automaticamente disponíveis para o ano seguinte caso não sejam empregadas no exercício anterior
Aplicação dos recursos financeiros na região	A Sudene apenas estabelecerá prioridades de aplicação dos recursos financeiros, podendo definir setores a serem incentivados, mas não empresas individuais. A análise e aprovação de projetos individuais será efetuada pelo agente operador do FNE e do FNDE
Elaboração de um plano de desenvolvimento regional	Em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, elaborará o projeto de lei do Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste, que será apresentado anualmente ao Congresso Nacional
Avaliação das políticas federais para o Nordeste	A Sudene avaliará anualmente políticas federais para o Nordeste, informando ao Congresso se elas contribuem ou não para o alcance das metas definidas no Plano de Desenvolvimento Regional. Assim, todos os anos, na discussão do Orçamento, os parlamentares terão essa avaliação em mãos, que servirá de subsídio para a destinação dos recursos no ano seguinte



## COMISSÕES

# Comissão quer Justiça mais eficiente

Cinco projetos de lei, pedidos de urgência e instalação de uma comissão permanente para acompanhar a tramitação de medidas que tenham como objetivo tornar a Justiça brasileira mais eficiente. Esse será o resultado da comissão mista para regulamentar a emenda constitucional da reforma do Judiciário (EC 45), de acordo com o relatório que o senador José Jorge (PFL-PE) apresenta ao colegiado nesta terça-feira.

Para formular o documento, a comissão, sob a presidência do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) e a vice da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) – relatores da matéria quando esta tramitou na Câmara –, analisou centenas de projetos de lei na pauta das duas Casas. Para sistematizar esse trabalho, José Jorge deu prioridade ao processo de regulamentação da EC 45, sob a responsabilidade do Congresso.

As propostas que fazem parte do relatório foram apresentadas para detalhar temas como a destinação de custas ao Poder Judiciário; a federalização dos crimes contra os direitos humanos; a competência suplementar da Justiça do Trabalho e do TST; a revisão ou cancelamento de súmula vinculante; a repercussão geral no recurso extraordinário; as hipóteses de segredo de Justiça e o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, entre outros instrumentos que podem acelerar processos administrativos e judiciais.

O relator também dedicou atenção especial aos 23 projetos que constam do “Pacto em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”, assinado pelos presidentes do Executivo, do Judiciário, do Senado e da Câmara, em dezembro de 2004. Para que as matérias mais importantes tenham maiores chances de se tor-

nar lei em um prazo curto, José Jorge pede que algumas delas tramitem em regime de urgência. Ele também concluiu seu relatório sugerindo a instalação de uma comissão mista para acompanhar essa fase, que considera ser continuidade da reforma do Judiciário. O foco desses projetos recai sobre a limitação de recursos, o combate à litigância temerária e a redução de formalidades e de burocracia.

Um deles, o Projeto de Lei da Câmara 72/05, foi aprovado pelo

Senado em setembro e sancionado pelo presidente. A proposta limita os agravos – um tipo de recurso –, que agora só serão julgados com a apelação, salvo em casos de lesão irreparável. O Ministério da Justiça estima que somente essa proposta vai representar diminuição significativa no número de processos nos tribunais.



José Jorge prioriza processo de regulamentação da EC 45/04

## Prazo prorrogado até o fim de dezembro

Desde sua instalação, em 5 de abril, a comissão realizou audiências públicas em Brasília, com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala, e no Recife, onde o relator, senador José Jorge (PFL-PE), aproveitou a realização, em outubro, do congresso “A reforma do Judiciário – aspectos processuais civis”, para colher sugestões e opiniões de especialistas como o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF),

ministro Nelson Jobim.

De posse de contribuições recebidas de entidades de juizes, advogados e juizes, e também pela Internet, a comissão solicitou ao Plenário do Congresso uma prorrogação do prazo inicial, de 180 dias, até o fim de dezembro.

Outros pontos da EC 45/04 a serem regulamentados por iniciativa do STF, dos tribunais superiores e estaduais e do MP também foram acompanhados pela comissão este ano.



César Borges (segundo à esquerda) propõe prazo menor para cobrança de dívidas

## Menos tempo para guardar comprovante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em turno suplementar, substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) que reduz para um ano o prazo de prescrição para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos (PLS 366/04).

A proposta, votada em decisão terminativa, inclui serviços prestados aos usuários, como energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento.

Pela atual legislação, o prazo

prescricional é de cinco anos. Na opinião de César Borges, esse longo período acaba dificultando a relação entre fornecedores e consumidores desses serviços.

– A possibilidade de apresentação pelo prestador do serviço de contas relativas a serviços prestados em passado já remoto sujeita o usuário ao ônus da guarda de recibos por tempo excessivo, sob pena de ser constrangido a pagar em dobro pelo serviço consumido – explicou César Borges.

Para Romeu Tuma, a proposta não inviabiliza a atividade econômica de prestação de serviços

públicos. “Ao contrário, estimula a eficiência dos empreendedores de serviços públicos e assegura maior previsibilidade e transparência às contraprestações devidas pelo consumidor”, disse.

A CCJ aprovou também projeto de lei (PLC 126/05) da Presidência da República que altera o valor da pensão especial concedida a Mário Kosel e Terezinha Lana Kosel, de R\$ 330 para R\$ 1.140, a partir de janeiro de 2004. O casal recebe a pensão pela morte do filho, o soldado Mário Kosel Filho, em atentado terrorista por motivações políticas, em 1968.

## Diretrizes para saneamento passa na CCJ

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador César Borges (PFL-BA) favorável à constitucionalidade do projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico (PLS 155/05). A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O objetivo do projeto, segundo Camata, é aperfeiçoar o modelo institucional de prestação de

saneamento básico do país. Para isso, de acordo com o autor, a proposta estabelece normas claras a fim de reduzir “as incertezas existentes na relação entre o poder público e os prestadores de serviço”.

César Borges, por sua vez, destaca que, ao contrário de outras proposições, o projeto evita o detalhamento excessivo das normas para estados e municípios. O relator disse que, atualmente, há muitas disputas judiciais entre estados e municípios sobre a questão da titularidade dos serviços de saneamento público.

A CCJ também acolheu reque-

rimento (RQN 1.355/05) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, preste informações sobre eventuais operações financeiras contratadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto das Dunas, no Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela. A comissão aprovou ainda o envio de um voto de confiança ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que sejam mantidas as restrições ao nepotismo na Justiça.

## Marta Suplicy é convidada outra vez a se explicar

A ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy terá nova oportunidade de apresentar pessoalmente, aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esclarecimentos sobre aditivo a contrato realizado durante sua gestão, relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública (ReLuz).

Sem prévia autorização do Ministério da Fazenda e do Senado, a ampliação do contrato feriu dispositivos legais e, em tese, pode configurar crime, conforme parecer sobre a questão emitido pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Marta recusou o primeiro convite, encaminhado a ela em novembro último. Optou, à época, por enviar os esclarecimentos à comissão via

correspondência, assinada por seu advogado. Partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a proposta para o novo convite, que adiou a votação do parecer de Luiz Otávio. O depoimento da prefeita está previsto para a próxima semana.

Antes da decisão, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou voto em separado em que defendia o arquivamento do parecer de Luiz Otávio. Entre os argumentos a favor da ex-prefeita, o líder do governo no Senado argumentou que o aditamento não configurava nova operação de crédito. Tratou-se, segundo ele, apenas de ajuste feito no contrato original pela prefeitura paulista, para adequá-lo a acordo promovido entre a Eletropaulo e a estatal Eletrobrás.

## CAE aprova empréstimo para o meio ambiente

Empréstimo externo de US\$ 8 milhões em favor da União foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última semana. Os recursos serão levantados junto ao Banco Mundial, para financiar ações no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Além dos recursos dos empréstimos, a serem desembolsados entre este ano e 2007, o programa contará com recursos de contrapartida do governo brasileiro de até US\$ 3,9 milhões. O empréstimo está vinculado ao Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental.

Os senadores também aprovaram a realização de audiência pública para debater uma proposta destinada a estimular o

emprego de trabalhadores com mais de 40 anos. Os projetos que constavam da pauta com esse objetivo ficam suspensos até que sejam levantados subsídios para a nova proposta.

Ficou adiada para essa semana a decisão sobre projeto que amplia de 50% para 70% a margem de acesso dos estados aos recursos relativos aos depósitos judiciais e extrajudiciais, mesmo limite válido para os municípios. A proposta (PLC 73/05) também autoriza licitação para escolha de instituição bancária – pública ou privada – em que os recursos serão mantidos. Pela segunda semana consecutiva, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu tempo para a elaboração de uma proposta alternativa ao texto que veio da Câmara.



## PLENÁRIO

## Dinheiro do Bolsa-Família não integra cota da saúde

O governo não poderá transferir R\$ 1,2 bilhão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para o Ministério da Saúde. Foi aprovado pelo Plenário do Senado projeto de lei de conversão que eliminou essa possibilidade, prevista no texto original da Medida Provisória 261/05.

A mudança foi feita ainda na Câmara e confirmada pelos senadores. Os deputados interpretaram a transferência entre os dois ministérios como manobra do governo para contabilizar R\$ 1,2 bilhão do Bolsa-Família como recursos que integrariam a cota mínima de gastos em saúde, obrigatória por determinação constitucional.

Como o governo já gastara 92% desse R\$ 1,2 bilhão, o relator da matéria, Antero Paes de

Barros (PSDB-MT), apresentou emenda tornando os efeitos do projeto retroativos a 30 de setembro, data em que a MP foi editada. A alteração terá de ser examinada pela Câmara.

Além da transferência, o projeto abre crédito no valor de R\$ 483,4 milhões para indenizar pequenos produtores do Sul do país, vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, atingidos pela estiagem em 2004.

Outro crédito, de R\$ 450 milhões, será usado pelo Ministério da Previdência Social no pagamento de sentenças transitadas em julgado até setembro, no valor máximo de 60 salários mínimos. Trata-se de dinheiro devido pela União a trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

## Prioridade para morador de rua em programa social

Os moradores de rua, assim como as crianças e os adolescentes em geral, deverão ter prioridade nos programas de assistência social implementados pelo governo. É o que determina o projeto da Câmara, de autoria do deputado Henrique Afonso (PT-AC), acolhido pelo Senado em votação simbólica.

O PLC 80/04 modifica a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), que esclarece objetivos e define diretrizes para as ações sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Antes da aprovação do projeto,

apenas as crianças e adolescentes deveriam ter prioridade nessas ações, conforme a lei.

Em um discurso emocionado, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) parabenizou o deputado Henrique Afonso pela iniciativa.

Patrícia Saboya (PSB-CE) disse que a miséria, a exclusão social e a falta de oportunidades é que levam as pessoas a sair de casa. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) encaminhou favoravelmente a votação pela liderança do governo. A matéria vai à sanção presidencial.

## Assistência técnica para a preservação do ambiente

O Plenário acolheu projeto de resolução (PRS 88/05) que autoriza o governo brasileiro a contratar, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), empréstimo de US\$ 8 milhões para financiar o Projeto de Assistência Técnica para Apoio à Agenda de Sustentabilidade Ambiental. A medida vai complementar atividades em andamento no Ministério do Meio Ambiente para promover o uso sustentável de recursos naturais.

Também foram aprovadas novas condições e limites de endividamento para estados, municípios, Distrito Federal e autarquias a eles ligados. De acordo com o PRS 87/05, que modifica a Resolução 43/01, a partir de 1º de junho de 2006, quando uma autarquia solicitar empréstimo, será consultada a adimplência não só dela, mas de todos os demais órgãos que integram o ente federado do qual faz parte.

Os dois projetos vão a promulgação.



Projeto acolhido pelo Plenário que muda Código de Processo Civil vai à sanção presidencial

# Execução imediata na cobrança de dívida

Vai à sanção presidencial o projeto da Câmara, de iniciativa do Executivo, que altera o Código de Processo Civil determinando que, quando um juiz der ganho de causa a um cidadão ou empresa em ação de cobrança de dívida, o pagamento seja executado de imediato, sem a necessidade de novo processo para que o dinheiro seja recebido. A intenção da proposta (PLC 52/04), aprovada pelo Plenário, é apressar a tramitação dos processos.

Também foi acolhido o PLC 71/02, da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que autoriza a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais – aplicáveis a processos civil, penal e trabalhista – por meio eletrônico. Conforme

a matéria, as pessoas de direito público, exceto os municípios, devem disponibilizar, em 120 dias, serviços de envio e recebimento de atos eletrônicos.

O PLC determina ainda que os órgãos do Poder Judiciário deverão criar, em 60 dias, sistemas de comunicação de dados e de controle de cadastros. Como a relatora da proposta, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), apresentou substitutivo com adaptações ao texto original visando acompanhar os avanços tecnológicos ocorridos desde 2002, a proposição será apreciada novamente pela Câmara.

Os dois projetos – referentes à reforma infraconstitucional e mudanças no Código de Processo Civil – fazem parte do esforço acertado entre os presidentes do

Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, com os líderes partidários, para aprovar matérias relevantes para o país.

### Pensão maior para país de soldado

O Senado também acolheu o PLC 126/05, da Presidência da República, que altera de R\$ 330 para R\$ 1.140 – retroativo a janeiro de 2004 – o valor da pensão concedida a Mário Kosel e Terezinha Lana Kosel. O projeto, que vai à sanção, determina que a atualização do valor será feita de acordo com os critérios fixados para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social. O casal recebe a pensão pela morte do filho, o soldado Mário Kosel Filho, em atentado terrorista por motivações políticas, em 1968.

## Acolhidas medidas de prevenção à hepatite

O Plenário do Senado aprovou projeto da Câmara que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta estabelece que o SUS prestará atenção integral aos portadores de hepatite. A matéria vai à sanção presidencial.

O relator do projeto (PLC 50/05), Papató Paes (PSDB-AP), ressaltou a relevância da proposição em virtude do número de pessoas que poderão ser beneficiadas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, cumprimentou a deputada Mariângela Duarte (PT-SP) pela iniciativa. Ele foi acompanhado nos elogios à deputada por Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Augusto Botelho (PDT-RR). Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) fez um tratamento longo contra a hepatite e alertou para a gravidade da doença.

Emocionado, Eduardo recordou que, após cinco anos de tratamento, tornou-se um dos primeiros brasileiros a provar que a doença tem cura.

## Senado aprova Política Nacional de Irrigação

Em votação simbólica, o Senado aprovou o substitutivo ao projeto que institui a Política Nacional de Irrigação e Drenagem. O objetivo da proposta é estabelecer um marco regulatório para a prática de irrigação, tanto aquela feita com recursos públicos, como a realizada pela iniciativa privada (PLS 229/95).

Os principais objetivos da política são a promoção do consumo racional da água, a melhoria da produtividade dos agricultores brasileiros e a prevenção da desertificação dos solos. Entre as diretrizes estão o incentivo à participação de empresas privadas e de organizações não-governamentais nas propostas de irrigação e o estímulo à organização dos beneficiários dos projetos para que eles próprios os administrem.

Os projetos de irrigação financiados com recursos públicos, segundo determina o substitutivo, deverão beneficiar simultaneamente agricultores familiares e empresários. O uso da infra-estrutura nos projetos vai acarretar o pagamento anual de tarifa por parte dos irrigantes. O substitutivo segue para exame da Câmara.

### Projeto institui 2006 como Ano do Turismo

Os senadores aprovaram na quinta-feira projeto de lei da Câmara (PLC 97/05) que institui 2006 como Ano do Turismo. A proposta original, do então deputado Rogério Silva, iniciou sua tramitação na Câmara no ano de 2003 e estabelecia que o ano de 2005 seria dedicado ao turismo. A matéria vai à sanção presidencial. Segundo o autor da proposição, a instituição do Ano do Turismo contribuirá para o fortalecimento dessa atividade e permitirá a sua expansão.

### Proposta inclui nova rodovia a sistema

O trecho que une as rodovias BR-381 e BR-116 – num total de 268 quilômetros, interligando as cidades de Mantena (MG) e Ubaporanga (ES) – será incluído no Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV). Projeto (PLS 14/05) nesse sentido foi aprovado pelo Plenário na quinta-feira. A proposta é da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que acolheu sugestão formulada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, com sede na cidade de Governador Valadares (MG). Antes de seguir para Câmara, o projeto vai à Mesa para redação final.

### Rose Marie Muraro será patrona do feminismo

Foi aprovado projeto de lei da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que declara a escritora Rose Marie Muraro patrona do feminismo nacional. Durante a discussão do PLC 115/05, a relatora da proposta, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), destacou a importância histórica de Rose Marie – escritora vanguardista do movimento feminista no país. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestaram apoio ao projeto e ressaltaram o trabalho da escritora.

### Viaduto em Sinop com nome de colonizador

O Plenário aprovou na última quarta-feira projeto de lei da Câmara que dá ao viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop, em Mato Grosso, na rodovia federal BR-163, a denominação “Viaduto Colonizador Ênio Pipino”. A matéria (PLC 77/05) vai à sanção presidencial. Conforme justifica Celcita Pinheiro (PFL-MT), autora da proposta, a cidade de Sinop, assim como diversos outros núcleos urbanos do estado, deve sua implantação ao Projeto de Colonização Gleba Celeste, desenvolvido por Ênio Pipino.



## PLENÁRIO

# Paim lembra Dia dos Direitos Humanos

Ao registrar o transcurso, em 10 de dezembro, do Dia Internacional dos Direitos Humanos, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que, “passado mais de meio século da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda se apresentam a violação e o desrespeito a esses direitos”. A declaração foi promulgada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em discurso no Plenário, Paim relacionou vários fatores que trazem repercussão para os direitos humanos, como a luta contra o desemprego, a instituição de leis contra o racismo e a recuperação do valor de compra do salário mínimo.

O senador também chamou a atenção para a importância da



Paulo Paim lamentou desrespeito à Declaração Universal de 1948

defesa dos direitos dos idosos.

## Resistência ao Estatuto da Igualdade Racial

Paim afirmou estar havendo na Câmara resistência para aprovação do Estatuto da Igualdade Ra-

cial. O estatuto, destacou, objetiva evitar que qualquer um seja discriminado pela cor da pele, etnia ou procedência.

Sobre a comissão que estudará o aumento do salário mínimo, o senador sugeriu que ela seja efetivamente instalada e passe rapidamente a deliberar sobre uma política de recuperação do salário. A comissão foi criada na última quarta-feira.

Em outro trecho de seu discurso, Paim destacou a dificuldade pela qual vêm passando muitas famílias no Rio Grande do Sul, que enfrentam o desemprego devido à queda de 17% na produção de calçados em todo o país em comparação com 2004.

## Para Cristovam, analfabetismo viola Declaração

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou, na última sexta-feira, o 57º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948.

Em discurso no Plenário, o senador afirmou que o analfabetismo é uma violação aos direitos humanos. Da mesma forma,

acrescentou Cristovam, a substituição infantil é uma violação aos direitos humanos.

A criança ter de trabalhar em vez de estudar, a ausência de vagas nas escolas públicas, a falta de atendimento na rede pública de saúde são outras formas de violação aos direitos humanos, disse o senador. “A promessa de igualdade de oportunidade na

sociedade moderna é implodida pela desigualdade social e pela pobreza – declarou Cristovam, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

O pagamento da dívida externa, que consome o equivalente à renda *per capita* de 10 milhões de brasileiros, é outra forma de escravidão, segundo o senador.

## Iris registra falta de representação feminina

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou em Plenário que as mulheres, apesar de representarem 54% do eleitorado brasileiro, não ocupam, na mesma proporção, cargos políticos ou de direção no setor público. Na opinião da senadora, a mulher obteve muitas conquistas, mas ainda não participa das decisões para implantação de políticas públicas.

– Temos que centrar a nossa atividade para que a mulher perceba que, enquanto não estivermos igualitariamente divididas na mesa de decisões, onde se votam, se decidem e se estabelecem as políticas públicas, nós estaremos engatinhando, e promovendo encontros e falando para platéias sempre femininas – ressaltou a parlamentar.

Iris de Araújo considera que as mulheres só conseguirão chegar a uma condição de igualdade entre os sexos quando nas platéias em que se discutirem questões femininas estiver presente número semelhante de homens e mulheres.

## Seminário debate arbitragem na Internet

Marco Maciel (PFL-PE) informou ao Plenário sobre a Conferência Interamericana de Arbitragem, Mediação e o Direito na Internet, realizada nos dias 8 e 9. O objetivo do evento, segundo o parlamentar, foi ressaltar a importância da Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96), que teve origem em projeto de lei de sua autoria.

– A arbitragem somente começou a ser exercitada efetivamente em nosso país no final do século passado, graças a um projeto de lei de minha autoria, que deu uma nova redação a alguns dispositivos do Código Civil que, de alguma forma, tolhiam o instituto. A lei atende a um dos objetivos do processo de modernização, que é a diminuição da tutela do Estado e o conseqüente aumento dos poderes da cidadania – assinalou o senador.

Segundo Maciel, durante a conferência, foi apresentado um livro intitulado *Operação Arbitrer* (ainda não lançado), do jurista Petrônio Muniz.

## Lúcia Vânia reclama de política do governo

A atual política do governo federal voltada para a erradicação do trabalho infantil voltou a ser alvo de críticas da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que expressou seu inconformismo.

A parlamentar lembrou que o Brasil aderiu ao documento *Metas do Milênio*, da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa reduzir drasticamente a pobreza e a miséria dos Estados-membros da entidade até o ano de 2015, mas, segundo ela, as estatísticas indicam que a promessa brasileira não será cumprida.

– De fato, estudos da Organização Internacional do Trabalho revelam que, em 2003, havia quatro milhões e oitocentas mil crianças entre 15 e 17 anos trabalhando em nosso país. No lento e insuficiente ritmo, restarão dois milhões e setecentos mil menores em 2015. As projeções, infelizmente, revelam que o Brasil estará livre dessa mazela apenas no longínquo ano de 2022 – afirmou Lúcia Vânia.

## José Sarney obtém apoio de 78 senadores

Chegou a 78 o número de senadores que assinaram a nota de solidariedade ao senador José Sarney (PMDB-AP), cujo acervo cultural e histórico acumulado por ocasião do exercício da Presidência República estaria ameaçado com a decisão do governo do Maranhão de intervir na administração do Convento das Mercês, localizado em São Luís.

É exatamente no Convento das Mercês, que abrigou o padre Antônio Vieira por algum tempo, que está localizada a sede da Fundação da Memória Republicana, que abriga o Memorial José Sarney e reúne cerca de 550 mil objetos e documentos do ex-presidente.

A nota, articulada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e apoiada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, atribui à disputa política no estado a ameaça de retirada do acervo.

## Jonas Pinheiro alerta para agravamento da crise

Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu uma série de medidas a serem colocadas em prática pelo governo, no sentido de minorar a “grave crise” enfrentada pelo agronegócio brasileiro, a começar pela alocação de mais recursos para o setor. O senador citou ainda como necessárias a redução da carga tributária, a oferta de financiamento a custos menores, além de um maior apoio federal à comercialização dos produtos agrícolas. Jonas Pinheiro retorna à Casa após quatro meses afastado dos trabalhos legislativos, em virtude de tratamento médico.

O senador por Mato Grosso lembrou que, no ano passado, já havia previsto “sérias turbulências” no setor. Ele alertou para outros problemas que, a seu ver,

incomodam o agronegócio: a indefinição sobre a legislação ambiental e o processo de liberação das pesquisas e uso comercial dos produtos geneticamente modificados.

– Ainda no âmbito nacional, têm-se agravado as condições de tráfego nas estradas, elevando, cada dia mais, os custos do transporte, ao mesmo tempo em que congestionam a chamada estrutura logística de exportação – salientou Jonas Pinheiro.

O parlamentar homenageou o engenheiro agrônomo Gilberto Goellner, primeiro suplente dele e que assumiu a sua cadeira no Senado durante o período em que ficou afastado. Jonas acrescentou que Goellner é um dos mais bem conceituados produtores rurais.

## Para Lobão, excesso de burocracia é atraso

Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, de criar grupo de trabalho para estudar a desburocratização. Lobão informou que são editadas no Brasil, diariamente, 36



Edison Lobão

normas nos campos financeiro e tributário. Segundo ele, o excesso de burocracia é um dos grandes responsáveis pelo atraso no desenvolvimento do país e pelo entrave à economia.

– Não há empresário que possa acompanhar essa orgia de normas legais para cobrar impostos – observou. O senador afirmou que o governo deverá enviar ao Congresso na próxima semana projeto que trata

da simplificação do registro de empresas, acrescentando que espera ver a proposta examinada com rapidez. O projeto do governo foi uma das propostas sobre as quais a comissão de desburocratização criada por Renan Calheiros e presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) se debruçou.

– A burocracia é a mão bondosa da corrupção – afirmou. Lobão lembrou que o produto interno bruto (PIB) sofreu uma queda de 1,2% no terceiro trimestre deste ano. Para o senador, a notícia é extremamente “inoportuna”, uma vez que o país precisa crescer para resgatar dívidas sociais.

## Alberto Silva sugere maior uso de soja no país

Para evitar os prejuízos causados aos produtores, decorrentes da valorização do real diante do dólar, o país poderia utilizar 20 milhões de toneladas de soja – das 50 milhões de toneladas colhidas atualmente – para a produção de biodiesel e farelo. A sugestão foi apresentada ao governo pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI). Ele advertiu que existe soja sobrando no mercado e que muitos produtores já começam a pensar em substituí-la por outras culturas, mais rentáveis em função da atual situação do câmbio. A seu ver, essa não seria a melhor opção para o país. “Se temos soja sobrando, vamos apanhar parte dessa soja, tirar o óleo que podemos tirar, transformar em biodiesel e produzir também o farelo, que pode se transformar em alimento para o homem e para a criação de animais.”

## Heráclito faz balanço de trabalho à frente de comissão

Heráclito Fortes (PFL-PI) fez, em Plenário, um balanço dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), da qual é presidente. Ele comemorou a aprovação de projeto do ex-senador Arlindo Porto que prevê a instalação de aparelhos para medir os pulsos telefônicos, a fim de diminuir erros e reclamações, mas lamentou não ter conseguido priorizar o debate sobre as parcerias público-privadas (PPPs). – Era nossa intenção realizar neste ano um grande debate sobre as PPPs. Íamos trazer representantes de outros países onde houve experiências bem-sucedidas e onde não houve tanto sucesso – destacou Heráclito. “Queríamos um debate amplo”, complementou. O senador disse que espera realizar um seminário sobre o tema no primeiro trimestre do próximo ano.



## Voz do Leitor

## IDENTIDADE CIVIL

“Para evitar fraudes em documentos de identificação pessoal, deveria ser regulamentada sem mais demora a Lei 9.454/97, que instituiu o Registro de Identidade Civil – um único número para constar de todos os documentos nacionais e do passaporte e identificar o cidadão para todos os fins (título eleitoral, RG, CPF), fazendo constar inclusive as impressões digitais das duas mãos, a foto e a assinatura individual. Se possível, o documento ficaria disponível também para consulta *on line*.”

**Agnès Altmann, de Brasília (DF)**

## PREVIDÊNCIA FACULTATIVA

“Gostaria de sugerir um projeto de lei que torne facultativo aos servidores públicos da União, estados e municípios pagarem contribuição previdenciária. Atualmente essa contribuição é compulsória.”

**Luis Antonio Rodrigues, de**

**Riolândia (SP)**

## CORRUPÇÃO

“Neste país se fala muito em corrupção, mas não se vê os culpados irem para a cadeia e o dinheiro desviado nunca é devolvido.”

**Josefa Maria Freire, de São Paulo (SP)**

## SIGILO DE PARLAMENTARES

“Sugiro uma proposição que autorize a quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de todos os parlamentares.”

**Zaquel de Souza Bezerra, de Poção de Pedras (MA)**

## PENSAO ALIMENTÍCIA

“Sugiro um projeto para alterar o Código Civil (Lei 10.406/02) quanto à obrigatoriedade do pagamento de pensão alimentícia. Os valores estipulados deveriam ser menores e o pai que estiver desempregado não deveria ser obrigado a pagar.”

**Leandra Alves de Freitas Santos Nunes, de Iturama (MG)**

## TENÍASE E CISTICERCOSE

“No *Jornal do Senado* de 14 a 20 de novembro, edição 99 do *Especial Cidadania*, há informações sobre zoonoses transmitidas ao homem pela alimentação. Na parte sobre a cisticercose, faltou a informação de que a doença também é transmitida pela carne de porco.”

**Roberto Pereira de Medeiros, de Fortaleza (CE)**

*Esclarecemos que a matéria mencionou a cisticercose, mas não houve espaço para tratar da relação entre essa doença e a teníase. Ambas são causadas pelo verme tênia ou solitária (Taenia solium, da carne de porco, e Taenia saginata, da carne bovina). A teníase é uma parasitose causada pela tênia adulta no intestino delgado. Já a cisticercose é causada pelos Cysticercus - ovos da tênia - alojados em tecidos humanos, como músculos, coração, pulmão, olhos e cérebro. A teníase é adquirida por ingestão de larvas na carne de boi ou de porco crua ou malcozida. A cisticercose é causada pela ingestão de ovos da Taenia solium em verduras e legumes mal lavados e com resíduos de fezes de alguém com teníase.*

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## ESCOLA MUNICIPALIZADA

**Luiz Leonardo Abrantes Curado, de Corumbá de Goiás (GO)**

“Senador Cristovam Buarque, gostaria de saber como posso proceder para denunciar o caso de uma escola que foi municipalizada e não está tendo o apoio do município. Os funcionários, que são mal remunerados, e são poucos, se reclamam da falta de material ou de descaso acabam sofrendo sanção dos superiores. Que destino está sendo dado ao dinheiro do repasse de verbas recebido pela escola?”

**O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:**



Prezado Luiz, só há uma solução para este caso e é a mesma solução para todas as escolas brasileiras: nacionalizar a educação no Brasil. Nacionalizar a educação quer dizer que a responsabilidade pela educação de nossas crianças é da União, da nação, do Estado brasileiro. A escola continua de propriedade do município, o prefeito continua sendo seu gerente, mas os recursos para o pagamento dos salários, os critérios para seleção dos professores, para dar habite-se ao prédio, para o mínimo de equipamentos necessário e para o mínimo de conteúdo que deve ser ensinado tem de ser estabelecido pela União para o Brasil inteiro. E todas as escolas têm que se submeter. Para que isso seja feito, são necessárias duas ações: uma é que o governo federal ponha mais recursos e a outra é que se crie uma lei de responsabilidade educacional que, se o prefeito não cumprir, ficará inelegível. No caso dessa escola, por exemplo, se o prefeito não está cumprindo a obrigação dele, deveria ficar inelegível. Hoje, provavelmente, ele não tem dinheiro para cumprir a obrigação dele. E não há nenhuma lei que o obrigue a dar atenção a essa escola. A culpa, no final, é muito menos do prefeito que do governo federal.

## PERDAS SALARIAIS

**Gilson Gabriel, de Vitória (ES)**

“Por qual motivo o Congresso Nacional não edita um decreto legislativo para repor parte das perdas salariais do funcionalismo público nos últimos dez anos?”

**O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:**



Prezado sr. Gilson, respondendo ao questionamento, devo informar que o Congresso Nacional não tem competência constitucional para produzir medidas que possam aumentar o gasto da União. É o caso do reajuste do funcionalismo, atribuição do governo federal, de acordo com o art. 61, § 1º da Constituição, que diz que são de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração. No entanto, no Senado, tenho apoiado iniciativas que beneficiam servidores, como a Proposta de Emenda Constitucional “Paralela” da Previdência Social, que originou a Emenda 47/05. Obrigado pelo contato. Aproveito a oportunidade para convidar o amigo a visitar minha página na Internet: <http://www.senado.gov.br/pedrosimon>.

## Frases

“Essa cassação foi escrita com “ç” e não com “ss”, pois veio do verbo “caçar”, de abater, de matar. É inadmissível essa punição sem provas”

**Ideli Salvatti** sobre a perda do mandato de deputado federal sofrida por José Dirceu.

“Se o PT não registrou o pagamento, estamos tendo uma confissão. Mais uma campanha suspeita. Que eleição foi essa?”

**Osmar Serraglio**, relator da CPI dos Correios, sobre o depósito de R\$ 1 milhão feito pelo PT em dinheiro na conta da Coteminas.

“O PT não me traiu. Tudo o que atinge o PT me atinge também. Ninguém vota no vice. Fui eleito pelo PT”

**José Alencar**, sobre o depósito feito pelo PT para a Coteminas.

“Como construir a sociedade, se não conseguimos mudar a cultura dentro da nossa própria casa, onde, muitas vezes, dispensamos aos filhos tratamento diferente ao dispensado às filhas?”

**Serys Shhessarenko**, na sessão solene do Congresso Nacional para registrar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

“Os empréstimos feitos pelo banco ao empresário Marcos Valério Fernandes de Souza eram feitos para não ser pagos”

**Carlos Roberto Godinho**, ex-superintendente do Banco Rural, que confirmou à CPI dos Correios esquema de lavagem de dinheiro envolvendo os empréstimos à agência SMP&B.

“A Coréia tem mais doutores por habitante do que os Estados Unidos. Por que o Brasil não fez isso?”

**Jefferson Péres**, ao defender que está nas mãos dos brasileiros a decisão de seguir o exemplo asiático e retomar o caminho do rápido crescimento.

“Se um integrante do PT fosse preso com meia tonelada de cocaína, isso resultaria em manchete de primeira página nos principais jornais”

**Ana Júlia Carepa**, criticando o pouco destaque dado à prisão de um ex-candidato a prefeito pelo PSDB por tráfico de drogas.

## Foto da Semana

**Renan Calheiros e Aldo Rebelo** participaram juntos de vários eventos na última semana, como a sessão solene pelo fim da violência contra a mulher. Mas o assunto que dominou a agenda de ambos foi a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso Nacional durante o recesso de janeiro. A decisão final deverá ser anunciada até esta quinta-feira, 15, último dia do ano legislativo



JOSE CRUZ



# Rádio Senado recebe prêmio internacional

O programa *Os 60 anos da Carta das Nações Unidas*, veiculado pela Rádio Senado dia 26 de junho – data em que se comemora o aniversário da Carta de São Francisco –, recebeu medalha de prata do prêmio Ricardo Ortega Memorial Prize for Broadcast Journalism, da Associação de Jornalistas Correspondentes das Nações Unidas (Unca). A premiação foi anunciada no dia 2, em ato que teve a participação do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan.

No valor de mil dólares, o prêmio foi dividido entre a jornalista da Rádio Senado Nara Ferreira e o jornalista Rory O'Connor, da Globalvision, Nova York, respon-

sável pelo programa *Malaria: It's simply unacceptable*. A medalha de ouro ficou com os jornalistas Ishbel Matheson e Dan Mc-Millan, da BBC Radio 4 e World Service.

O programa marcou a comemoração dos 60 anos da Carta de São Francisco, que originou a Carta da ONU. Em 37 minutos, o trabalho lembra a história das Nações Unidas e os principais desafios enfrentados. Apresenta depoimentos dos senadores Marco Maciel (PFL-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) e do então

representante da ONU no Brasil, Carlos Lopes, entre outros.

Jornalista concursada do Senado desde 1998, Nara Ferreira formou-se em Comunicação na Universidade de Brasília, em 1986, trabalhou na Radiobrás, no *Correio Braziliense* e na *Voz da América*, de Washington. Também foi assessora de imprensa da embaixada dos Estados Unidos.

Participaram da produção do programa os jornalistas Beatriz Mendonça e Maurício de Santi (edição), o locutor Humberto Valadares e o operador de áudio Josevaldo de Sousa Silva.



## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Fala Cidadão  
3h - Idéias  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Idéias  
5h30 - Fala Cidadão  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Especiais/Comissões  
12h - Idéias  
12h30 - Entrevista 3  
13h - Cidadania 3  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Conversa de Músico  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 4  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 1  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 1  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 2  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 3/Comissões  
20h30 - Entrevista 3  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 4  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 4  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h - Cidadania 1  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 2/Comissões  
20h30 - Entrevista 2  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 2  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 3  
7h - Especiais  
7h30 - Entrevista 3  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais/Comissões  
9h30 - Fala Cidadão  
10h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 4  
13h45 - Jornal do Senado  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Jornal do Senado  
19h - Cores do Brasil/Comissões  
19h30 - Cidadania 1/Comissões  
20h30 - Entrevista 1  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1  
2h - Especiais  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Cores do Brasil  
3h30 - Entrevista 1  
4h - Jornal do Senado  
4h30 - Especiais  
5h - Cores do Brasil  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania 2  
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2  
8h - Especiais  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h - Cidadania 3  
14h15 - Jornal do Senado  
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)  
19h30 - Cidadania 4  
20h30 - Entrevista 4  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Conversa de Músico  
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural  
23h30 - Idéias  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

1h - Cidadania  
2h - Idéias  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Fala Cidadão  
4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Idéias  
7h30 - Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - Jornal do Senado  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Idéias  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Fala Cidadão  
13h30 - Cidadania  
14h30 - Conversa de Músico  
15h - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Entrevista  
17h30 - Idéias  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Leituras  
20h30 - Fala Cidadão  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Idéias  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

1h - Cidadania  
2h - Fala Cidadão  
2h30 - Jornal do Senado  
3h - Especiais  
3h30 - Entrevista  
4h - Idéias

## Érico e greve são destaques de programas

A série Senado Documento, da TV Senado, exhibe o documentário *O Tempo de Érico*, que marca o centenário do escritor Érico Veríssimo. O programa vai ao ar na sexta às 22h30, com os seguintes horários alternativos: sábado, às 16h e às 21h30, e domingo, às 15h30 e às 22h. Na Rádio Senado, a greve dos professores das universidades federais é o tema do debate, ao vivo, do Conexão Senado desta segunda-feira, ao meio-dia. O programa terá a participação de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O destaque cultural da rádio traz Federico Garcia Lorca, atração do *Prosa e Verso*, no sábado às 9h, com reprise no domingo, às 16h.

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração  
5h - Especiais  
5h30 - Jornal do Senado  
6h - Cidadania  
7h - Fala Cidadão  
7h30 - Entrevista  
8h - Jornal do Senado  
8h30 - De Coração  
9h - Especiais  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Fala Cidadão  
11h30 - Especiais  
12h - Jornal do Senado  
12h30 - Entrevista  
13h - Cidadania  
14h30 - Espaço Cultural  
16h - Debate Brasil/Especiais  
17h - Fala Cidadão  
17h30 - Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania  
20h - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Idéias  
21h30 - Espaço Cultural  
23h - Fala Cidadão  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Música e Informação  
9h30 - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Plenário (ao vivo)  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias  
9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
14h10 - Senado Notícias  
14h30 - Música e Informação  
19h - Voz do Brasil (ao vivo)  
20h - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
23h - Música e Informação

### SÁBADO

8h - Música e Informação  
9h - Prosa e Verso  
11h - Música Erudita  
12h - Música e Informação  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e Informação  
22h - Vozes do Século XX  
23h - Música e Informação

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros  
9h30 - Música e Informação  
11h - Música do Brasil (reprise)  
12h - Música e Informação  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Música e Informação  
17h - Vozes do Século XX (reprise)  
19h - Música e Informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e Informação

## Como sintonizar

### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



## RESENHA

## Colonização da região Norte na Era Pombalina

ALEXANDRE GUIMARÃES

“Ilm°. e Exm°. Sr. meu irmão do meu coração...” Assim eram iniciadas as cartas do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao poderoso primeiro-ministro português Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Os três volumes de *A Amazônia na Era Pombalina*, organizado por Marcos Carneiro de Mendonça, compreendem, além dessa correspondência, outros importantes documentos que tratam do início da colonização ativa do extremo-norte brasileiro na segunda metade do século 18.

Em 1750, assumiu o trono de Portugal dom José I, que encontrou o país em grave crise econômica. Atrasado e dependente da Inglaterra em decorrência do Tratado de Methuen, de 1703, o novo rei viu-se obrigado a nomear o mais forte de seus homens como primeiro-ministro. Pombal não decepcionou: reorganizou o Estado, protegeu grandes empresários e, apoiado pela burguesia, combateu os nobres, o clero e o povo.

O Brasil era o projeto de Pombal. Além da criação das companhias de comércio, privilegiadas pelo monopólio, adotou uma política de consolidação do domínio português na colônia. É sua obra a assinatura do Tratado de Madri, que

ampliou as fronteiras nacionais no Norte e no Sul.

Furtado foi nomeado, em dezembro de 1750, governador do Grão-Pará e do Maranhão, com gestão sobre todo o território do Norte e a baía do Amazonas.

*A Amazônia na Era Pombalina* revela os primeiros problemas que surgiram na administração da região, assim como todo o processo de demarcação e consolidação das fronteiras. A troca de cartas entre os irmãos segue até 1759, quando Furtado é nomeado secretário de Estado Adjunto dos Negócios do Reino.

Em 1777, Pombal foi demitido, logo após a morte de dom José I. Dona Maria I, que assumiu o trono, conseguira barrar o sonho de Pombal de consolidar um império português na América.



Retrato do Marquês de Pombal, de 1769, atribuído a Joana de Salitre

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *A Amazônia na Era Pombalina integra a coleção Biblioteca Básica Brasileira e pode ser adquirido por R\$ 60. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.*

## SENADO



O arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, celebrou na manhã de quinta-feira, no Salão Negro do Congresso, missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos de 2005 e pela confraternização de Natal, a pedido dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo.

Cerca de 250 pessoas foram à missa. Além do senador Tião Viana (PT-AC), que leu o Salmo Responsarial, os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Heloísa Helena (PSOL-AL) e os deputados Inocêncio Oliveira (PL-PE) e Marcus Vicente (PTB-ES) fizeram as preces da Oração dos Fiéis.

## Lançado estudo sobre geopolítica amazônica

Em solenidade na biblioteca do Senado, foi lançado na semana passada o livro *A Questão Geopolítica da Amazônia*, resultado de pesquisa do ministro da Reforma Agrária do governo Sarney, professor Nelson de Figueiredo Ribeiro, e publicada pelo Conselho Editorial do Senado. Estiveram presentes ao evento os senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Agripino Maia (PFL-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Edison Lobão (PFL-MA), os diplomatas Tarso Flecha de Lima e Samuel Pinheiro Guimarães, e o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, entre outros.

De acordo com o autor, o livro é o resgate de uma dívida que tinha

com a Amazônia, região onde nasceu e que estuda desde 1954. Ribeiro afirmou que pretende colocar à disposição dos pesquisadores e órgãos governamentais o que considera o início de uma sistematização das informações disponíveis sobre a região.

– Não queremos fechar a Amazônia ao estrangeiro, mas tampouco ser excluídos dos estudos que querem fazer aqui – disse.

Agaciel Maia destacou o trabalho de resgate de obras relevantes feito pelo Conselho Editorial. Ele ressaltou que o livro recupera a história da Amazônia, acrescentando ser o primeiro estudo sobre a geopolítica da região do ponto de vista da ciência política aplicada e do direito internacional.

Arthur Virgílio afirmou que, assim como Ribeiro, também tem como objetivo político transformar a Amazônia num grande debate nacional.

– Não é uma questão paroquial, e me espanto muito quando vejo a confusão que fazem em torno do tema. É uma obrigação dos brasileiros conhecer a região – disse.

Virgílio assinalou que a questão do desenvolvimento é a pedra de toque da Amazônia e mostrou preocupação com as mudanças climáticas que levaram a região a enfrentar sua primeira seca.

O senador ainda manifestou simpatia por algumas iniciativas do Ministério do Meio Ambiente, como o projeto de gestão de florestas públicas.

### Conheça o Senado

## As origens da Rádio e da TV Senado

EVANDRO PARANAGUÁ

Jornalista aposentado do Senado Federal

Poucos sabem que a Rádio Senado e a TV Senado tiveram sua origem em 1960, numa gaiola envidraçada denominada Serviço de Som, debruçada sobre o Plenário, onde funcionários improvisados se desdobravam para, com o auxílio de um gravador de rolo da marca Geloso e notas taquigráficas, divulgar as sessões plenárias na *Voz do Brasil*.

Pouco depois, já no 16º andar, a estrutura foi ampliada.

Então ia ao ar noticiário sobre as comissões e eram fornecidos *press-releases* a jornalistas credenciados na sala de imprensa. Tudo muito simples. Longe do sonho do senador pernambucano Pessoa de Queiroz de criar a Rádio do Congresso. Então, como agora, independentemente da defasagem tecnológica e do charme com que hoje a divulgação institucional do Senado dá de goleada no jornalismo “roda dura” dos velhos tempos, subsiste uma mesma e fundamental realidade: a notícia, considerada

como agente a serviço da sociedade, não é interpretada, mas é absolutamente confiável por não ser manipulada. Isso fazia e continua fazendo a diferença.

Certo dia, chefe de redação do então Serviço de Radiodifusão, em pleno regime militar, sugeriu ao senador Oscar Passos, presidente do MDB, que mesmo contrariando todas as normas determinasse a divulgação na *Voz do Brasil* de nota partidária denunciando episódios de tortura. Nota contundente, sem o filtro do discurso em Plenário, cuja

divulgação, se não distorcia, amortecia o impacto das denúncias em rede nacional, pois o Legislativo já havia sentido na carne a veracidade do ditado “cutucar a onça com vara curta”.

Ordem dada, ordem cumprida. Dia seguinte, a maior confusão. Oscar Passos, senador e general reformado, fez valer a hierarquia funcional. E quem era eu, simples

funcionário e segundo-tenente de Cavalaria do CPOR, para descumprir suas ordens, aliás, sugeridas por mim mesmo?



Senador Oscar Passos: divulgação de nota partidária denunciando a tortura

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaté Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil.  
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino  
Circulação e Atendimento ao leitor: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Para sair do vermelho no ano novo

O início de um ano novo pode ser complicado pelo pagamento de contas como a fatura do cartão de crédito das compras de Natal. Para planejar o orçamento e cumprir a promessa de quitar as dívidas no ano que se inicia, saldar pendências e reavaliar os hábitos de consumo são passos essenciais.

Pelo artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), antes de o devedor ter seu nome incluso em listas de restrição ao crédito – organizadas por instituições como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Serasa –, ele tem que ser avisado com antecedência de dez dias. Se as informações do aviso de inclusão estiverem erradas, o consumidor deve comunicar-se imediatamente com a empresa ou instituição credora. Se estiverem corretas, pode procurar o credor para regularizar a situação antes de seu nome ser lançado nos bancos de dados. Havendo abuso nas negociações, o devedor deve procurar os órgãos de defesa do consumidor.

Uma pesquisa divulgada em novembro pela Serasa mostrou que, nos dez primeiros meses de 2005, as dívidas não pagas dos brasileiros aumentaram 13,2% em relação a 2004. A alta da inadimplência decorreu, sobretudo, de endividamento decorrente da expansão das concessões de crédito consignado, que aumentaram em mais de 60% nesse período.

Se as dívidas e os juros estão crescendo, tente renegociar o débito, de preferência com a ajuda de um advogado ou de um economista. Se a questão for o saldo devedor do cheque especial, tente trocar a dívida por uma linha de crédito em que não haja cobrança de juros sobre juros. Administre bem o cartão de crédito, conferindo as taxas e os serviços. Se for necessário, venda um bem. Por fim, faça uma avaliação de seus gastos e hábitos de consumo, elabore um orçamento doméstico e o siga seriamente. Inclua nele uma meta de poupança mensal para evitar endividar-se caso surja uma emergência.



Muitos trabalhadores vêm o 13º salário como oportunidade para quitar dívidas

## Como limpar seu nome

### Anotação de cheques sem fundos no Banco Central

Procure a agência do banco que apresentou a ocorrência junto ao BC e solicite informações sobre o número, o valor e a data do cheque que foi apresentado por duas vezes sem que houvesse saldo para pagamento na conta. Verifique nos canchotos para quem foi emitido e procure a pessoa ou a empresa, para regularizar o débito e recuperar o cheque. Prepare uma carta, conforme orientação do gerente da sua conta no banco. Junte o cheque recuperado, recolha no banco as taxas pela devolução e protocole cópia dos documentos entregues ao banco para regularização no Banco Central.

Já para regularização no

Fonte: Guia Serasa de Orientação ao Cidadão

Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), solicite ao seu banco a comunicação de regularização ao Banco do Brasil, encarregado pelo Banco Central de atualizar o arquivo de CCF, e obtenha o protocolo do envio.

**Anotação de ação judicial (execução de título judicial e extrajudicial, busca e apreensão de bens, falência e concordata)** – Certifique-se de que o processo já foi julgado em juízo e que se encontra arquivado ou extinto. A certificação é obtida pela cópia do despacho do juiz ou por certidão emitida pela vara cível onde o processo foi distribuído.

**Anotação de título protestado** – Dirija-se ao cartório em que o

protesto foi registrado e solicite uma certidão com os dados de quem o protestou. Entre em contato com o autor do protesto, regularize o débito e peça uma carta atestando que a dívida foi quitada. Reconheça a firma da pessoa/empresa, retorne ao cartório e solicite o seu cancelamento.

**Anotação de dívida vencida (pendência bancária ou financeira)** – Procure a instituição ou empresa credora, que enviará comando específico para o órgão cadastral de restrição ao crédito executar a baixa da anotação.

Após a entrega do documento comprovando a quitação das pendências, o prazo para exclusão do nome no sistema dos órgãos é de cinco dias úteis, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

## Quando o consumidor tem direito de sair das listas de restrição

**1. Pelo pagamento da dívida** – O nome de quem pagar a dívida deve ser excluído dos cadastros de restrição ao crédito em no máximo cinco dias, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Caso a empresa que cadastrou o nome ou o órgão onde ele está inscrito não tomem tal medida, podem sofrer ação de indenização por danos morais, pelo abalo ao crédito do consumidor.

**2. Por prescrição do título** – Os títulos de crédito possuem prazos de prescrição, ou seja, um tempo após o qual não podem mais ser cobrados. Esse prazo pode ser de três anos (para duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio) ou de cinco anos (para as dívidas líquidas que constem de instrumento público ou particular, como contratos). O cheque tem prazo menor: de seis meses, segundo a Lei 7.357/85 (Lei do Cheque). No entanto, no caso do cheque, ao vencer o prazo, o credor poderá mover ação ordinária de cobrança contra o devedor.

**3. Por decurso do prazo** – O Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor estabelecem cinco

anos como prazo máximo para que o nome de alguém permaneça cadastrado nas listas de restrição ao crédito.

Há empresas que renovam o cadastro do consumidor no SPC ou na Serasa antes de a inscrição completar cinco anos, sob a alegação de que ele teria renegociado a dívida e novamente deixado de pagá-la. A empresa só pode fazer isso se tiver um documento assinado pelo cliente comprovando a renegociação. Se não tiver, cabe uma ação para declarar o decurso do prazo e exigir da empresa uma indenização pelo dano moral causado pela manutenção indevida dos registros. Não havendo a retirada do nome após o prazo, a ação por danos morais pode ser movida contra o órgão cadastral.

**4. Por discussão judicial da dívida que originou o cadastramento** – Caso se deseje discutir a existência da dívida, seu valor ou encargos abusivos; ou se queira a declaração de prescrição do título, é preciso entrar com uma ação judicial com pedido de liminar. O juiz pode determinar, na liminar, que o nome seja retirado dos cadastros, pelo menos durante a discussão da ação.

## O que são o SPC e a Serasa

**Serasa** – Nasceu em 1968, de uma ação cooperada entre bancos que buscavam informações para dar suporte às decisões de crédito. Sua atividade era centralizar os serviços de confecção de ficha cadastral para todos os bancos associados. Na década de 90, a Serasa começou também a fornecer informações e análises para todos os segmentos da economia brasileira e para empresas de todos os portes.

Hoje, a Serasa é consultada diariamente em 2,5 milhões de transações e cerca de 1,7 mil negócios.

### Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC)

– Compreende os bancos de dados de todas as câmaras de dirigentes lojistas (CDLs). Participante da Rede Integrada de Informações de Proteção ao Crédito, o SPC Brasil coloca à disposição do associado

informações de abrangência nacional. É nessa rede que têm origem 97% das informações de crédito geradas no Brasil, atendendo a mais de 1,5 milhão de empresas associadas em todo o país.

As CDLs também oferecem outras consultas de crédito de pessoas físicas e jurídicas, amparando-se em banco de dados próprios e em conveniados.

Fontes: Serasa e CDL Bahia

## Informações

**Banco Central do Brasil**  
0800 99-2345 (das 9h às 16h)  
[www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)

**Portal do Consumidor**  
[www.portaldoconsumidor.gov.br](http://www.portaldoconsumidor.gov.br)

**Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (MPCon)**  
Tel.: (61) 3429-3942  
[www.justica.gov.br/DPDC/institucional.htm](http://www.justica.gov.br/DPDC/institucional.htm)

**Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCon)**  
Tel.: (48) 229-9212  
[www.mpcon.org.br](http://www.mpcon.org.br)

**Associação Nacional de Defesa**

**dos Consumidores do Sistema Financeiro (Andif)**  
Tel.: (11) 3106-1537  
[www.andif.com.br](http://www.andif.com.br)

**Serasa**  
Call Center: (11) 5591 0137  
[www.serasa.com.br](http://www.serasa.com.br)  
Guia Serasa de Orientação ao Cidadão - [www.serasa.com.br/guia/index.htm](http://www.serasa.com.br/guia/index.htm)

**Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) - Procure em seu estado a câmara de dirigentes lojistas**  
Tel.: AL (82) 221-0909; AM (92) 621-3500; AP (96) 217-0515; BA (71) 320-4000; CE (85) 433-3015; DF

(61) 3218-1502; ES (27) 3200-2180; GO (62) 215-3800; MA (98) 231-2211; MG (31) 3249-1577; MS (67) 312-5050; MT (65) 624-0050; PA (91) 242-7000; PB (83) 216-3800; PE (81) 3418-1122; PI (86) 221-6969; PR (41) 323-6309; RJ (21) 2506-1200; RN (84) 211-4819; RO (69) 224-1482; RS (51) 3216-8000; SC (48) 229-7000; SE (79) 212-7700; SP (11) 3244-3030; TO (63) 215-4150

**Associação de Defesa e Orientação do Cidadão (Adoc)**  
Tel.: (41) 322-5255  
[www.adoc.com.br](http://www.adoc.com.br)

▶ **Menos tempo na lista** – O

## Projetos em tramitação no Senado

▶ **Cadastro positivo** – Os sistemas de proteção ao crédito poderão passar a contar com um cadastro para prestar informações sobre os bons pagadores, de acordo com projeto de lei (PLS 263/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A proposta altera a Lei 8.078/90 para determinar que, no fornecimento de produtos ou serviços que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor informará aos sistemas de proteção ao crédito, para formação de cadastro positivo, as características e o adimplemento das obrigações contraídas.

projeto PLS 243/03, do senador Augusto Botelho (PDT-RR), visa alterar o Código de Defesa do Consumidor, reduzindo de cinco para dois anos o prazo máximo para manter informações negativas em cadastros.

▶ **Dívidas questionadas** – Projeto do ex-senador Geraldo Althoff proíbe que dívidas sob questionamento judicial sejam usadas para desabonar consumidores. A proposta (PLS 100/02) estabelece que os órgãos cadastrais que derem informações incorretas sobre a situação de inadimplência de consumidores deverão indenizá-los em valor igual ao débito que lhes seja incorretamente imputado.